

Ao infinito e além

Sobre o PT, o Brasil e a China

Valter Pomar

2024



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Ao infinito e além

Sobre o PT, o Brasil e a China

Valter Pomar

2024



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidenta: Vívian Farias

Elen Coutinho

Naiara Raiol

Alberto Cantalice

Artur Henrique

Carlos Henrique Árabe

Jorge Bittar

Valter Pomar

Virgílio Guimarães

Conselho editorial

Albino Rubim, Alice Ruiz, André Singer, Clarisse Paradis, Conceição Evaristo, Dainis Karepovs,

Emir Sader, Hamilton Pereira, Laís Abramo, Luiz Dulci, Macaé Evaristo, Marcio Meira,

Maria Rita Kehl, Marisa Midori, Rita Sipahi, Silvio Almeida, Tássia Rabelo, Valter Silvério

Coordenador editorial

Rogério Chaves

Assistente editorial

Raquel Costa

Revisão

Claudia Andreotti

Projeto gráfico e diagramação

Emílio Font

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Pomar, Valter

P843a Ao infinito e além : sobre o PT, o Brasil e a China

[livro eletrônico] / Valter Pomar – São Paulo : Fundação

Perseu Abramo, 2024.

155 p.

ISBN 978-65-5626-085-3

1. Socialismo de mercado 2. Revolução chinesa

3. Economia política. 4. Geopolítica 5. Partido Comunista Chinês I.

Título II. Pomar, Valter

Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana

04117-091 São Paulo – SP

www.fpabramo.org.br

Sumário

Apresentação	7
<i>12 de março de 2024</i>	
Subsídio para a delegação que foi à China em 2023	9
<i>Junho de 2023</i>	
Ao infinito e além	27
<i>Maio de 2023</i>	
Fiori, a China e o “cinturão”	38
<i>5 de julho de 2021</i>	
Robinson, o maniqueísta	49
<i>7 de novembro de 2023</i>	
Algumas observações sobre “O campo da economia política mundial”	60
<i>8 de novembro de 2023</i>	
A economia política da transição socialista	67
<i>Fevereiro de 2023</i>	
O que significa ser internacionalista hoje?	85
<i>Outubro de 2016</i>	
Desenhando uma viagem	101
ANEXOS	127
Anexo I, Texto de Zhou Enlai	128
Anexo II, Entrevista com Deng Xiaoping	140

Apresentação

12 de março de 2024

Entre os dias 8 e 20 de abril de 2024, uma delegação do Partido dos Trabalhadores visitará a República Popular da China, a convite do Partido Comunista.

Como parte da preparação para esta viagem, publicamos na página eletrônica da Fundação Perseu Abramo diversos materiais, que podem ser acessados na seção verbetes, bem como na seção notícias, em especial o relato jornalístico das delegações que visitaram a China em 1984¹ e em 2004².

Dois integrantes da delegação de 2023, os companheiros Markus Sokol e Virgílio Guimarães, redigiram textos acerca da visita e da situação chinesa. Outros integrantes da delegação deram depoimentos ao programa Janela Internacional:

1 Disponível em: <https://fpabramo.org.br/cooperacao-internacional/1984-pt-faz-sua-primeira-viagem-oficial-a-china/>

2 Disponível em: <https://fpabramo.org.br/cooperacao-internacional/uma-missao-de-parar-o-transito/>

é o caso de Joaquim Soriano³, Natália Sena⁴ e o já citado Sokol⁵.

No mesmo espírito de contribuir para o êxito da próxima delegação, reuni nesta coletânea alguns textos relacionados ao tema China.

O primeiro texto é um subsídio enviado para a delegação do PT que visitou a China em 2023.

O segundo e o terceiro texto são comentários críticos a textos do professor José Luís Fiori e de Willian Robinson, respectivamente.

O quarto, o quinto e o sexto textos foram escritos para atividades da pós-graduação em Economia Política Mundial da Universidade Federal do ABC.

O sétimo texto, sobre o internacionalismo, foi publicado em *La revue internationale* 102.

Ademais, mas talvez mais importante, incluo dois anexos: um texto de Zhou Enlai e uma entrevista com Deng Xiaoping.

Finalmente, incluo nesta coletânea um desenho feito para meus filhos, Amanda e Filipe. O referido desenho foi feito no avião, quando retornava da minha primeira visita a China, em 2004.

Espero que o conjunto seja útil.

Valter Pomar, 12 de março de 2024

3 Disponível em: https://youtu.be/ZgcX3iaf_IM?si=vuDKVf3W5dQjwfO3

4 Disponível em: https://youtu.be/GStsXTWf2Lg?si=Mo8YYlgVulIc_1rl

5 Disponível em: <https://youtu.be/t3fuPX4hTYc?si=3c2b9xEMC4jhseDH>

Subsídio para a delegação que foi à China em 2023

Junho de 2023

Primeiro alguns filmes:

1) Um filme antigo e hollywoodiano sobre a guerra do ópio

<https://www.youtube.com/watch?v=H2qeWX2rTA8>

2) Um filme sobre a revolução republicana, que derrubou o último imperador

<https://www.justwatch.com/br/filme/1911>

3) Um filme sobre a fundação do Partido Comunista

<https://www.youtube.com/watch?v=DiTq2prNq6A>

4) Um filme sobre a fundação do Exército Popular de Libertação

<https://www.youtube.com/watch?v=Fe-p-h51p8E>

5) Um filme sobre a invasão da China pelo Japão (este filme é interessante, porque é feito no estilo “nós contra eles”, ou seja, os heróis do filme não

são comunistas, mas soldados chineses “em geral”, ou seja, do governo contra o qual o Partido Comunista estava lutando até a invasão japonesa)

<https://youtu.be/kbikn8Q148c>

6) Um filme sobre a fundação da República Popular

<https://www.youtube.com/watch?v=fs3099Cv-zc>

7) Um filme épico sobre a guerra da Coreia

<https://www.youtube.com/watch?v=o-RoQVh8ljg>

8) Um filme diferente, sobre um grupo de dançarinos durante a Grande Revolução Cultural Proletária, é um filme de amor adolescente, ao estilo chinês. Infelizmente não consegui o youtube gratuito deste.

<https://www.imdb.com/title/tt6654316/>

9) Finalmente, um filme genial, que conta a história da China até o início das reformas, Tempos de Viver. O filme é de 1994 e se só puderem ver um, vejam este. O diretor é megafamoso.

<https://youtu.be/HorOrml6hKg>

Segundo, tópicos sobre a questão chinesa:

Em outubro de 1984, ocorreu a primeira visita oficial de dirigentes do Partido dos Trabalhadores (PT) à China. Wladimir Pomar e sua companheira, Rachel Pomar, acompanharam Jacó Bittar e Luiz Gushiken num roteiro que passou por várias cidades, onde foram recebidos por membros do Partido

Comunista local. Neste período, Bittar era secretário-geral Nacional do Partido; Gushiken era presidente do Sindicato dos Bancários de SP.

Em 1989 o PT rompeu relações com o PC da China.

Em 2004 as relações foram reatadas, durante uma visita realizada à China por uma delegação encabeçada por José Genoíno.

Na referida visita foi assinado um protocolo de cooperação.

Deste então temos realizado diversas atividades conjuntas, por exemplo, intercambiando delegações e realizando seminários.

O primeiro seminário foi realizado em maio de 2008; o segundo em maio de 2009; o terceiro seminário foi realizado em fevereiro de 2010, pouco antes da primeira etapa do Quarto Congresso do Partido dos Trabalhadores.

As exposições realizadas no primeiro e segundo seminários foram publicadas em formato de livro pela Editora da Fundação Perseu Abramo. Dentre estes textos, há um de minha autoria. Com pequenas atualizações e alterações, é o que vem a seguir.

Nessas atividades, é preciso estar atento para as diferenças existentes entre o Partido dos Trabalhadores e o Partido Comunista da China.

A primeira diferença: o Partido Comunista da China construiu sua visão sobre o socialismo, ao longo de 102 anos de atuação, desde 1921. Já o Partido dos Trabalhadores foi fundado em 1980.

Portanto, o PT tem menos tempo de vida e passamos por menos experiências que o PCCh, que antes de tomar o poder passou por três guerras civis e uma guerra contra a ocupação japonesa.

A segunda diferença: o Partido Comunista da China dirigiu uma grande revolução e está no poder há quase 70 anos.

Já o Partido dos Trabalhadores não dirigiu uma revolução e não estamos no poder. Nós ganhamos cinco eleições presidenciais e hoje estamos no governo, que é uma parte do poder, mas não é todo o poder.

Portanto, comparativamente o PCCh tem mais poder na China do que o PT tem no Brasil.

A terceira diferença: o PC da China está há quase 70 anos tentando construir o socialismo.

Nós estamos tentando fazer reformas democráticas e populares, no interior de uma sociedade capitalista.

Portanto, o PCCh têm uma experiência concreta de melhorar a vida do povo através da construção do socialismo, enquanto nós do PT temos uma experiência de lutar por melhoras na vida do povo, mas por enquanto dentro capitalismo.

Uma quarta diferença é que o PC da China foi formado numa época em que havia mais certezas do que dúvidas, acerca do que é o socialismo.

Já o PT foi formado numa época em que havia

mais dúvidas do que certezas, acerca do que é o socialismo.

Uma quinta diferença importante: o Partido Comunista da China tem uma matriz teórica, composta por várias partes: o marxismo, as contribuições de Mao, de Deng, as quatro representatividades, o desenvolvimento científico e agora o pensamento de Xi Jinping.

Já o Partido dos Trabalhadores possui, na sua formulação teórica, a contribuição de várias matrizes teóricas diferentes, por exemplo: o marxismo, a Teologia da Libertação, correntes democrático-radicais e correntes nacional-desenvolvimentistas.

Observando estas diferenças, pode parecer que eles têm uma grande vantagem sobre nós. O que é verdade, se observado o cenário de curto prazo. Mas se observarmos o cenário de médio prazo, as nossas possibilidades são imensas. Principalmente se aprendermos com os erros e acertos da experiência chinesa.

Entre 1848 e 1949, a China correu o risco da fragmentação nacional, da submissão colonial ou semicolonial.

As escolhas feitas pelo Partido Comunista foram fundamentais para que isto não ocorresse, para que a China continuasse existindo como nação soberana, independente e no fundamental com continuidade territorial (exceto, à época, por Macau, Hong Kong; e, ainda hoje, por Taiwan).

Entre 1911 e 1949, a China estabeleceu a república, superou o feudalismo, representado principalmente pelos senhores de guerra, derrotou a invasão imperialista japonesa, realizou uma revolução e implantou uma república democrático-popular, mudando as condições de vida de mais de um bilhão de pessoas. Deste ponto de vista, realizou aquela que foi até hoje a maior revolução da história.

O grande protagonista deste processo de libertação foram as massas camponesas; e as grandes beneficiárias foram as mulheres e a juventude. As escolhas feitas pelo Partido Comunista Chinês foram fundamentais para destruir o poder milenário do latifúndio feudal e semifeudal.

Entre 1949 e 1978, a China viveu sob tripla pressão: dos Estados Unidos, da União Soviética e da própria revolução interior.

Os Estados Unidos acompanharam e buscaram influir desde o início nos rumos da revolução chinesa, às vezes apoiando (como fizeram no caso do Kuomintang e da luta contra o Japão), outras vezes guerreando (como na Guerra da Coreia e na subversão no Tibete).

A União Soviética também foi um protagonista ativo da revolução chinesa, como retaguarda, como apoio ativo, mas também buscando que a China fosse uma aliada subalterna e uma replicadora do “modelo” soviético de socialismo.

Entretanto, as pressões dos EUA e da URSS foram suplantadas pelo impulso interno da revo-

lução chinesa, seja no sentido do “comunismo imediato” buscado pela Grande Revolução Cultural Proletária, seja no sentido das Grandes Modernizações que buscavam superar o atraso e impedir a recolonização.

E, a partir de 1978 – e até hoje, sem interrupção, a China adotou um caminho de desenvolvimento baseado na combinação entre Estado e mercado, entre mercado interno e mercado externo, o chamado socialismo com características chinesas, também classificado como socialismo de mercado.

O resultado disto foi que, enquanto a URSS se dissolveu em 1991, a China em 2020 superou os Estados Unidos em grande número de indicadores econômicos, em especial no produto interno bruto. Novamente, as escolhas feitas pelo Partido Comunista chinês foram fundamentais para este desfecho.

Foi especialmente a partir de 2008 que a crise mundial colocou a China diante de uma situação de novo tipo: não só a de suplantar os Estados Unidos, mas também a necessidade de combinar duas outras variáveis: “exportar capitais” e reduzir as desigualdades internas.

Será possível exportar capitais, sem converter a China em um imperialismo de novo tipo?

Será possível suplantar os Estados Unidos, sem que o mundo seja empurrado para conflitos militares de escala ciclópica?

Será possível reduzir a desigualdade, na escala e velocidade exigidas por uma sociedade transformada por apenas 40 anos de socialismo de mercado?

As perguntas acima resumem parte do desafio posto, hoje e nas próximas décadas, ao Partido Comunista da China.

Não há como prever se terá ou não êxito.

Até porque a natureza do desafio pode converter em antagônicas as três variáveis que até o momento se compuseram de maneira contraditória, mas não antagônica: a defesa de uma nova ordem internacional, a defesa dos interesses da Nação chinesa e a defesa do socialismo (compreendido aqui em duplo sentido: na elevação da qualidade de vida das massas e no controle imposto ao capitalismo).

Os comunistas chineses, que algum dia já levantaram o dedo acusador contra o social-imperialismo soviético, são às vezes acusados de estarem construindo um imperialismo de novo tipo, com características chinesas.

Seja qual for o desfecho desta situação, uma coisa é certa: o Partido Comunista Chinês, as decisões que já adotou e que vier a adotar, serão decisivas na definição dos rumos da nação chinesa e do mundo como um todo.

Visto o século em conjunto, o Partido Comunista chinês foi e continua sendo o principal instrumento de uma transição, não apenas de modo de produção, mas também de natureza geopolítica,

entre o que se convencionou chamar de Oriente e de Ocidente.

É um grande feito, para uma organização que foi fundada em 1921 por 12 delegados representando 50 militantes.

Acontece que esta organização contava a seu favor com a retaguarda de uma civilização milenar, com o impulso de uma revolução em marcha, com o estímulo da experiência soviética e com a percepção de que o marxismo era um genial guia para a ação.

Para nós, que buscamos representar os interesses das classes trabalhadoras de outro continente, é cada vez mais claro a importância de estudar a experiência chinesa.

Estudar, sem querer copiar.

Aprender, para construir um programa e uma estratégia que nos permita construir um socialismo com características próprias.

E, acima de tudo, lembrar que o PC chinês só triunfou porque soube, ao mesmo tempo, ligar-se com as massas e libertar suas mentes.

O movimento socialista, assim como o capitalismo, é historicamente uma criação ocidental.

Mas a primeira revolução socialista vitoriosa foi ocorrer no Império Russo, numa região de fronteira entre Europa e Ásia, entre Ocidente e Oriente.

Ao projetar o socialismo no Oriente, o governo soviético e o Partido Comunista Russo provocaram

mutações no projeto e na estratégia originárias de Marx.

Para este, o socialismo seria uma etapa de transição entre o capitalismo e o comunismo.

Levado ao Oriente, pouco a pouco o socialismo passou a ser apresentado (e vivido) como uma etapa de transição entre o pré-capitalismo e o comunismo.

A guerra de 1939-1945, que começou antes na Ásia, com a ofensiva japonesa de 1937, é o pano de fundo da segunda grande revolução socialista vitoriosa.

Desta vez não mais em território de fronteira, mas totalmente oriental: a revolução chinesa de 1949.

Se o Partido Operário Social-Democrata Russo (apelidado de bolchevique e, em 1918, renomeado Partido Comunista) soube ser heterodoxo frente aos seus congêneres europeus, os comunistas chineses souberam ser heterodoxos diante de muitas das orientações da chamada Terceira Internacional.

Integraram de maneira nova a teoria do imperialismo, a questão colonial, a autodeterminação dos povos e a luta pelo socialismo.

Construíram uma fórmula que fazia do campesinato força principal da revolução, mas preservando o “papel dirigente do proletariado”, na prática encarnado no próprio Partido.

Inviabilizada a cópia da insurreição urbana de

tipo russo, aplicaram uma estratégia de “cerco da cidade pelo campo”, apoiada numa “guerra popular prolongada”.

E através da “Nova Democracia”, buscaram construir uma ponte de longo curso entre o atraso econômico chinês e o projeto comunista que animava a direção revolucionária.

Sessenta anos depois, seguem visíveis os três pilares daquela “ponte”: a defesa da soberania nacional, a modernização econômica capitaneada pelo Estado e a consideração pelos interesses do campesinato.

A radicalização dos camponeses pobres (sem os quais a revolução não teria vencido) é uma das principais explicações para os zigue-zagues que marcaram os primeiros trinta anos do poder instalado em 1949.

O “grande salto adiante” e a “revolução cultural proletária” expressavam, em essência, a vontade de ultrapassar rapidamente o capitalismo, lançando mão do voluntarismo ideológico e apoiando-se em forças produtivas muito atrasadas.

Este socialismo camponês (ou pequeno-burguês, ou populista) fracassou em grande medida por não ter sido capaz de oferecer senão um igualitarismo na pobreza.

As reformas chinesas iniciadas em 1978 (de maneira similar à Nova Política Econômica soviética implementada nos anos 1920) representaram,

por sua vez, a reafirmação de um aspecto central da tradição marxista: a ideia de que um modo de produção só desaparece quando desenvolve todas as forças produtivas capaz de conter.

Noutras palavras: só é possível superar o capitalismo, desenvolvendo-o. O que, aliás, corresponde à aceção hegeliana do termo “superação”.

Do ponto de vista teórico, o conceito de socialismo enquanto transição ao comunismo é totalmente compatível com a existência, mesmo que por um longo período, da propriedade privada, de mercado e de relações capitalistas de produção.

Mas para os marxistas do século XIX, aquela transição era vista como temporalmente curta, uma vez que teria início nos países capitalistas avançados, que uma vez socializados ajudariam os demais a pular etapas.

A ideia de uma transição “curta” perde sentido, entretanto, quando o ponto de partida é uma sociedade essencialmente pré-capitalista, fazendo com que o Estado produto da revolução seja obrigado não apenas a controlar, mas também estimular a produtividade da força de trabalho, como meio para aumentar a riqueza social e a produtividade média.

Os comunistas chineses consideram respeitar a tradição marxista clássica, quando sustentam que estão ainda na “fase inicial do socialismo”, que esta fase durará muito tempo e que seu objetivo nesta fase é o de construir uma sociedade “modestamente acomodada”. E que devem perseguir este

objetivo relacionando-se de forma pacífica com o restante do mundo.

Entretanto, o sucesso (nos seus próprios termos) do “socialismo de mercado” chinês criou um excesso relativo de capitais.

Ao exportar estes capitais, o Estado chinês torna-se participante ativo da disputa global por mercados, matérias-primas, valorização do capital e áreas de influência.

Será possível participar desta disputa, sem adotar os mesmos comportamentos dos países imperialistas?

O Estado chinês considera essencial a preservação da paz, seja por conhecer o custo econômico - social das guerras, seja por perceber os limites que têm - para um projeto de orientação socialista - o tipo de desenvolvimento proporcionado pelo investimento no complexo militar, ou ainda por entender que neste terreno os Estados Unidos dispõe de vantagem.

Em decorrência, a China adota uma política externa que enfatiza a solução pacífica dos conflitos. Ao mesmo tempo, busca a capacidade militar necessária para defender a soberania nacional, proteger o entorno geopolítico e dissuadir ataques.

Estas duas orientações estavam, em maio de 2023, sob tensão máxima, devido a guerra e às provocações dos EUA em Taiwan.

Portanto, a China implementa uma política de

coexistência e competição pacífica com os demais pólos de poder mundial.

As ideias de coexistência e competição pacíficas estiveram no centro da controvérsia entre os partidos comunistas da China e da URSS, nos anos 1950 e 1960. Mas há duas diferenças fundamentais em relação àquela época.

Internamente, a China fez reformas que mudaram estruturalmente sua relação com o mundo capitalista. Externamente, a China atua num cenário totalmente distinto da Guerra Fria: não mais equilíbrio relativo entre dois campos, mas sim uma defensiva estratégica do movimento socialista.

Nos anos 1970 teve início o refluxo dos processos revolucionários: o Vietnã foi a última grande revolução socialista vitoriosa no século XX. Depois tivemos o Irã e a Nicarágua com revoluções, mas não socialistas.

Agora, mais de quarenta anos depois do início das suas reformas (1978), a China consolidou a condição de principal polo do desenvolvimento econômico mundial.

Chegou a esta condição exatamente porque no ponto de partida: a) não concentrava o estoque principal de riquezas acumuladas; b) possuía uma renda per capita baixa; c) dispunha de uma composição orgânica do capital diferente da existente nos países de capitalismo maduro.

Há fortes vínculos entre os sucessos do desenvolvimento chinês, a aceleração da expansão capitalista nos anos 1990 e a crise de 2007-2008. Entre outros aspectos, podemos estabelecer a seguinte analogia: um século depois do eixo do movimento socialista ter se deslocado a Leste, o mesmo ocorreu no âmbito do capitalismo.

Desde 1978 até o momento, o Estado chinês conseguiu administrar as tensões decorrentes do crescimento, evitando que os conflitos internos interrompessem a dinâmica atual de desenvolvimento.

Frente à crise internacional de 2007-2008, por exemplo, a China reagiu dobrando a aposta no seu mercado interno, na integração do seu entorno geopolítico e ampliando a exportação de capitais.

Se a ascensão da China já provocava apreensões e tensões – e não apenas para os Estados Unidos e seus aliados diretos –, o que poderá ocorrer nesta nova etapa de ainda mais intensa exportação de capitais chineses?

A China constitui um importante desafio para os Estados Unidos – mas também para a União Europeia e o Japão – nos termos próprios da competição intercapitalista por dinheiro e poder. Por este motivo, os modelos estratégicos herdados da Guerra Fria mais confundem do que esclarecem.

A China constitui, igualmente, um desafio para países como a Índia e a Rússia, assim como para os

países do seu entorno direto, inclusive para o Japão. Por razões e de maneiras diversas, estes países são atraídos pela força gravitacional do desenvolvimento chinês.

A China também constitui num desafio importante para os países da África e da América Latina e Caribe. Por um lado, constitui uma possibilidade alternativa à hegemonia dos Estados Unidos e seus aliados. Por outro lado, independente do que pensemos acerca das qualidades do “socialismo de mercado” para a sociedade chinesa, sua projeção externa é extremamente contraditória.

A China é uma grande potência, com interesses a defender, plano em que, todos os gatos parecem ser pardos, o que acaba enfatizando mais o “mercado” do que o “socialismo”.

Importa destacar que o “sonho chinês” de Xi Jinping depende muito do êxito da exportação de capitais chineses para a África e para a América Latina e Caribe.

O grupo dirigente encabeçado por Xi Jinping está diante de desafios equiparáveis aos que foram postos frente a Mao ou a Deng.

A saber: manter o sucesso do “socialismo de mercado” num ambiente de crise do capitalismo e declínio da potência hegemônica, administrando a crescente tensão entre o “desenvolvimento pacífico” e a exportação de capitais, dosando as quantidades relativas de socialismo e de mercado.

Como os países da América Latina e Caribe, particularmente o Brasil, vão se comportar neste contexto? Isto dependerá de vários fatores, entre os quais a interpretação que se faça da oferta chinesa de uma “sociedade”.

Alguns podem tomar a oferta chinesa como mera retórica para encobrir um neoimperialismo. Mas a oferta de sociedade pode decorrer da diferença entre necessidade e meios. A China necessita muito da América Latina e Caribe. E não tem outros meios para atuar na região, que não oferecendo benefícios mútuos. O que abre um enorme espaço de cooperação estratégica, em bases distintas daquelas oferecidas pelos Estados Unidos e Europa, desde que os Estados de nossa região estejam à altura do desafio. O que inclui compreender o contexto global em que atuamos, uma crise sistêmica, crônica, prolongada e com efeitos degenerativos no terreno ideológico, político e militar.

É neste contexto que ganhou organicidade o grupo de países denominado BRICS; é também neste contexto que ganhou forma o processo de integração latino-americano e caribenho, especialmente entre os países da América do Sul; e é nestes marcos que se desenvolve a relação entre BRICS e América Latina e Caribe.

Assim como é nesse contexto que, especialmente a partir de 2009, as classes dominantes latino-americanas e caribenhas, os Estados Unidos e seus aliados, desencadearam uma ofensiva geral

contra o processo de integração regional e contra a influência geopolítica chinesa na região.

Do ponto de vista das forças populares da região, uma das questões postas é como consolidar laços econômicos, sociais, políticos, militares e ideológicos, que possibilitem aos países envolvidos conviver, sem subordinação ou dependência, com o espaço geopolítico e com as dinâmicas hegemônicas pelos Estados Unidos, União Europeia e Japão.

Deste ângulo, uma das perguntas centrais é a seguinte: será possível, mais do que conviver, substituir o arranjo econômico internacional que tem nos Estados Unidos seu elemento organizador (e desorganizador) central, por um novo arranjo? E qual seria a natureza deste novo arranjo?

Estamos diante de disputas de longo curso, que serão travadas num ambiente de acentuada instabilidade, em pelo menos dois planos distintos, porém articulados: a) a disputa no interior de cada país; b) a competição entre os diferentes estados e blocos regionais.

Nesse contexto incide a “questão chinesa”.

Ao infinito e além

Maio de 2023

Chegamos enfim ao fim (!) de nossa disciplina, focada na interpretação da China, tal como feita por chineses vinculados à tradição marxista.

Além dos textos que vamos discutir na última aula, relacionando exploração espacial, ficção científica chinesa e marxismo, quero acrescentar alguns comentários.

Começo pela conhecida citação tantas vezes repetida em *Dark*⁶: “o que sabemos é uma gota...”

Houvesse mais tempo, caberia estudar as *Obras Completas* de Mao, Liu, Deng, Jiang, Hu e Xi, entre outros.

Caberia estudar, também, mais autores chineses contemporâneos; assim como estudar mais textos de autores de outras nacionalidades.

Por estas e outras limitações, entendo que na disciplina fizemos uma introdução ao tema, nada mais do que isso.

⁶ *Dark* é uma série de ficção alemã criada por Baran bo Odar e Jantje Friese para a Netflix. Estreou em dezembro de 2017.

Destaco, em segundo lugar, nossa limitação cultural.

Como se convencionou dizer, a China é uma “civilização”; e há uma relação direta entre a compreensão que temos acerca desta civilização, em todas as suas dimensões, inclusive linguística, e a nossa maior ou menor compreensão acerca da tradição marxista chinesa.

Aliás, espero que cresça exponencialmente o número de brasileiros e brasileiras que, além de falar português e inglês, dominem também o espanhol e o chinês.

Finalmente, lembro que há várias maneiras de se aproximar do tema.

Do meu “lugar de fala”, é inescapável uma aproximação política.

Seguindo as orientações do camarada Max - Max Weber - eu explicitiei, já na primeira aula, que desde 1978 participo conscientemente da vida política do Brasil, primeiro como militante do movimento secundarista e logo depois como militante da chamada “esquerda do PCdoB”.

Simultaneamente, aderi à tradição marxista, tendo a sorte de me aproximar desta tradição por um caminho que me levou a defender a “ortodoxia do método”, ou seja, recusando tratar como doutrina, como letra sagrada, o marxismo em geral e as obras deste ou daquele marxista particular.

Hoje, 45 anos depois, li e estudei uma ínfima

parcela das obras clássicas da tradição marxista; esta pequena parte inclui alguns textos de chineses e/ou sobre a China, o que foi facilitado pela militância no PCdoB e pela influência “familiar” de Pedro Pomar e de Wladimir Pomar.

Conheci a República Popular da China, ao vivo e em cores, no ano de 2004, quando fiz parte de uma delegação – encabeçada por José Genoino Neto – que lá estivera para reestabelecer as relações entre o Partido dos Trabalhadores do Brasil e o Partido Comunista da China, relações que foram rompidas em 1989, por conta da avaliação que o PT fizera acerca dos “episódios da Praça Tiananmen”.

Antes de conhecer a China, estivera em Angola e em Cuba. E depois de conhecer a China, estive no Vietnã e na República Democrática e Popular da Coreia, além de ter passado por alguns países já oficialmente reconvertidos ao capitalismo.

Estive várias vezes na China, não o suficiente para dizer que conheço o país, mas o bastante para reforçar uma opinião que, antes mesmo de pisar lá, já tinha a respeito daquele país, a saber, que se trata de uma “sociedade socialista”. E não apenas “socialista”, mas um tipo de socialismo que corresponde a certas hipóteses defendidas pelos “pais” da tradição marxista.

Evidentemente, a tradição marxista não é hegemônica e não é homogênea. Não há, portanto, um acordo acerca do que significa a palavra “socialismo”, nem entre os que o combatem, nem entre

os que o defendem. Para alguns dos que aceitam os parâmetros da extrema-direita, dizer que a China é “socialista” equivale a dizer que se trata de uma ditadura totalitária baseada no trabalho escravo. E para alguns setores da extrema-esquerda, a China seria uma sociedade capitalista na etapa imperialista, não faltando os que também falem de totalitarismo e trabalho escravo.

Vale dizer que tampouco há consenso acerca do significado da palavra “capitalismo”.

Assim sendo, é indispensável esclarecer passo a passo o que queremos dizer, quando afirmamos que a sociedade chinesa é socialista.

Primeiro: a China possui semelhanças e diferenças em relação às demais sociedades existentes no planeta. Exemplo de semelhanças: há desigualdade, há exploração do trabalho. Exemplo de diferenças: o lugar ocupado pelo setor financeiro e pelo Estado.

Segundo: a China possui tal volume de diferenças qualitativas em relação a outras sociedades contemporâneas, que não se trata apenas de diferenças dentro de uma mesma espécie, mas de diferentes espécies, organizadas por dinâmicas distintas. Vide o que ocorreu na pandemia: as chances de um trabalhador sobreviver eram maiores na China do que em outras regiões do mundo. Por este e por outros motivos, faz sentido denominar a “espécie” China como “socialista”.

Terceiro: a espécie de sociedade socialista

existente na China possui contradições internas e mantém contradições com outras sociedades. Parte importante destas contradições deriva do capitalismo, presente na sociedade chinesa e hegemônico em escala mundial. A existência dessas contradições nos conduz, para ser rigoroso, a chamar de socialismo um tipo de sociedade onde convivem dinâmicas de tipo capitalista, com dinâmicas de tipo comunista.

Quarto: as contradições existentes no socialismo chinês podem conduzir a seu fim, por exemplo com a conversão da sociedade chinesa numa sociedade 100% capitalista. Ou podem conduzir a uma evolução que reduza o percentual de capitalismo existente no seu interior, caso em que a China se aproximaria daquilo que a tradição marxista denomina de comunismo.

Quinto: a evolução do socialismo chinês em direção ao comunismo 100% (zero capitalismo) depende essencialmente de fatores externos à China, embora a existência da China possa contribuir para a ação desses fatores.

Sexto: portanto, embora seja uma espécie distinta, embora tenha o potencial de transitar em direção ao comunismo, o socialismo chinês só completará esta transição ao comunismo se esta transição ocorrer não apenas em outras regiões do planeta, mas principalmente naquelas regiões a partir das quais o capitalismo mantém sua hegemonia. Ou seja: algum dia o “campo” precisa tomar

a “cidade”, algum dia o “bastião anglo-saxão” precisa ser conquistado.

A explicação anterior baseia-se, como está óbvio, num projeto. Embora este projeto surja da extrapolação de tendências presentes na realidade (por exemplo, o desenvolvimento da produção coletiva, clamando por uma propriedade também coletiva; a anarquia na produção, clamando pelo planejamento; a emergência de problemas mundiais que só terão solução numa sociedade organizada em torno de objetivos comuns etc.), ainda assim trata-se de um projeto, não de uma realidade.

Portanto, afirmar que a China é uma sociedade em transição ao comunismo supõe relacionar a realidade presente com um projeto futuro. Mas como não queremos apenas “analisar” o mundo, a afirmação de que a China é uma sociedade em transição se combina com a luta por transformar a sociedade presente com base em um projeto de futuro.

Reiterando: quando falamos que a China é uma sociedade “socialista”, a comparamos com outras sociedades contemporâneas realmente existentes; quando falamos que “socialismo é transição ao comunismo”, nosso ponto de “comparação” não é com uma sociedade atual realmente existente, mas sim com um projeto, uma meta, um objetivo que não existe em lugar nenhum, salvo em nossas cabeças (e em suas projeções textuais, discursivas, imagéticas).

Embora possa existir socialismo em um só

país, não é possível existir comunismo em um só país; não por razões lógicas, mas por razões práticas. Diferente da época em que o escravismo e o feudalismo foram hegemônicos, hoje o mundo é único. E diferente do escravismo e do feudalismo, o capitalismo é hiperativo, expansivo, incansável, não respeita limites nem fronteiras. Portanto, um hipotético “comunismo em um só país” seria submetido a tantas tensões que, ou seria sufocado, ou teria que adaptar sua natureza às circunstâncias, na prática regressando – na melhor das hipóteses – à condição “socialista”.

Aceito o dito anteriormente, é simplesmente impossível “provar” que a China é “socialista”, no sentido de uma sociedade em transição ao comunismo.

É impossível provar porque, como no caso do pudim, tudo depende do desenlace futuro. Não está dado nas premissas o desenlace. Isto porque, se a China vier a transitar ao comunismo, tal conclusão dependerá em grande medida do que ocorrerá no restante do mundo, não principalmente do que ocorrerá na dinâmica estritamente chinesa, ainda que esta possa contribuir para o desenlace geral.

Portanto, por mais que se busque, não se achará na China todos os elementos, variáveis, componentes indispensáveis à materialização do projeto comunista, ao menos na sua versão marxista original.

Logo, o futuro comunista do mundo não depende

principalmente da China, como não dependia principalmente da URSS.

Mais ainda e paradoxalmente: da mesma forma como a existência da URSS foi num certo sentido funcional à sobrevivência do capitalismo entre 1941 e 1991, a existência da China também pode vir a se demonstrar funcional à sobrevivência do capitalismo, mesmo que essa não seja a intenção do PC da China, assim como não era a intenção do PC soviético.

Mas esta possibilidade paradoxal não necessariamente impugna a natureza socialista da China, assim como a luta sindical não é impugnada pelo fato de a luta por salários contribuir indiretamente para o desenvolvimento de tecnologias poupadoras de mão de obra.

Agora, como estamos falando de um “projeto”, de um objetivo, de uma meta, de algo que está por acontecer, o fato de não ser possível provar algo, não significa que estamos diante de uma mentira, de uma falsidade, de uma inverdade.

Se é verdade que só retrospectivamente poderemos dizer se uma determinada sociedade socialista contribuiu para a transição em direção ao comunismo ou se morreu tentando, como hoje podemos dizer que aconteceu com a URSS, então a conclusão é que a aposta é – dentro de determinados limites – válida. Uma hipótese pode ser improvável, pode ainda não ter sido provada, mas nem por isso deve ser descartada.

Nessa perspectiva e com todas estas ressalvas, podemos dizer que o socialismo chinês tem demonstrado um vigor superior ao do socialismo soviético. E isso ocorre em parte pelo fato da China ter se apoiado na existência da URSS e aprendido com seus erros; em parte devido ao fato do marxismo chinês ser mais ortodoxo (ortodoxia do método) do que os soviéticos, no que diz respeito a perceber que socialismo é transição, que transição a partir das condições realmente existentes, que portanto todo socialismo terá particularidades nacionais.

O socialismo chinês tem demonstrado um vigor superior ao do socialismo soviético, também, porque estão tendo êxito na manutenção da “paridade de armas” com o capitalismo no terreno produtivo. Os chineses, muito mais do que os soviéticos, perceberam que o capitalismo pode, dentro de certos limites e sob determinados controles, contribuir no desenvolvimento das forças produtivas; que para manter o capitalismo sob limite e sob controle, é preciso manter um alto nível de controle do Estado sobre a economia, mas sem que isso implique em estatização ampla, geral e irrestrita; e que, para impedir que o capitalismo de Estado se converta num obstáculo para a ampliação das relações comunistas, é preciso manter o Estado sob controle do Partido e o partido devidamente orientado.

Se o socialismo é uma transição, é importante definir quais os “marcadores” desta transição. Não basta a afirmação de que uma sociedade “é”

socialista; faz-se necessário discutir se ela está “avançando” em direção ao comunismo ou se está “retrocedendo” em direção ao capitalismo. Uma sociedade não é socialista, ela “está” socialista, o que significa um equilíbrio fino e mutável entre componentes capitalistas e comunistas, entre a ampliação da produtividade coletiva e a ampliação do controle social sobre o processo produtivo, entre a economia nacional e a internacional.

No concreto, mesmo que admitamos que o Partido Comunista da China segue tendo como objetivo final a construção de uma sociedade sem classes e sem Estado, sem nenhum tipo de opressão e de exploração, isto não garante que tal objetivo vá ser atingido. Seja porque a busca de determinados objetivos pode neutralizar outros (por exemplo, o desenvolvimento da produtividade às custas da ampliação da desigualdade), seja porque o capitalismo também evolui e se adapta aos avanços do comunismo.

Dito de outra maneira: a ação da humanidade, sob todas as suas formas, com destaque para a ação das classes sociais e dos Estados, é, ao mesmo tempo, determinada (se faz com base na herança das gerações passadas, que é dada) e indeterminada (depende do que se faz com base na citada herança).

E o resultado dos múltiplos conflitos vividos pela humanidade nunca correspondeu integralmente – até hoje pelo menos – aos planos, às previsões, às hipóteses dos contendores.

Logo, mesmo que os comunistas triunfem, o resultado deste triunfo muito dificilmente será aquele idealizado em meados do século XIX. Mas se o ponto de chegada é ao menos relativamente móvel, com base em que “marcadores” se deve julgar o estado da arte da transição?

Responder a essa questão nos remete a uma dupla dificuldade, uma delas já abordada e comum a todas as chamadas ciências sociais, outra delas específica do que podemos chamar de “história do futuro”.

Em resumo, o principal marcador do êxito da transição socialista não está nos parâmetros estabelecidos no século XIX, tampouco neste ou naquele “valor” subjetivo atemporal. O principal marcador está no próprio capitalismo. Dito de outra forma, a transição socialista – se quiser valer pelo substantivo, não pelo adjetivo – precisa estar “um passo à frente do capitalismo”, oferecendo alternativas aos problemas contemporâneos.

Ou, se quiserem, buscando nossa poesia no futuro. Neste sentido, folgo em ver a China se esforçando em liderar a corrida espacial e, noutro plano, se aventurando na literatura fantástica e *science fiction*. Como já dissemos, isto por si não resolve o problema dos que desejamos o comunismo, mas nessa Terra à deriva, muito melhor com os chineses do que sem eles.

Fiori, a China e o “cinturão”

5 de julho de 2021

O professor José Luís Fiori escreveu um interessante texto intitulado “Sete potências e um destino: conviver com o sucesso da civilização chinesa”⁷.

A primeira parte do texto sumaria as reuniões que o presidente dos EUA, Joe Biden, fez em junho de 2021 com i) Boris Johnson, ii) os demais membros do G7 e seus quatro convidados, iii) a cúpula da OTAN, iv) os 27 membros da União Europeia e v) Vladimir Putin.

Em seguida, Fiori argumenta que o enredo e a coreografia desse tour de force estariam “ultrapassados”, principalmente porque “a nova política externa americana e a estratégia que propôs aos seus principais aliados ocidentais estão ultrapassadas e são inadequadas para enfrentar” o “desafio sistêmico chinês”.

Segundo Fiori, “a elite política e militar ameri-

⁷ O texto pode ser lido aqui: <https://sul21.com.br/opiniaio/2021/06/sete-potencias-e-um-destino-conviver-com-o-sucesso-da-civilizacao-chinesa-por-jose-luis-fiori/>

cana e europeia segue prisioneira do seu sucesso e de sua vitória na Guerra Fria, e não consegue perceber as diferenças essenciais que distinguem a China da antiga União Soviética”.

Que estas diferenças existem, não há dúvida.

Mas acho que Fiori as descreve de modo inadequado; e por este motivo subestima as possibilidades de êxito da estratégia estadunidense.

Segundo Fiori, a China é hoje “um sucesso econômico indispensável para a economia capitalista internacional” e “já foi a economia mais dinâmica do mundo ao longo dos últimos 20 séculos”.

Nesta definição sintética, falta um pequeno detalhe: a “civilização milenar” chinesa quase colapsou entre 1839 e 1949. Foi a revolução dirigida pelos comunistas que salvou a China da destruição causada pelo choque entre o imperialismo capitalista e o feudalismo chinês. E foi a política adotada pelos comunistas desde 1978 que salvou a China do destino sofrido pela URSS em dezembro de 1991.

Podemos discutir em que medida estes dois processos (simbolizados nas datas 1949, 1978) se vinculam com a “natureza milenar” da sociedade chinesa; mas é simplesmente impossível não enfatizar na equação o papel dos comunistas.

Fiori faz isto?

Vejamos o seguinte trecho: “Além do sucesso econômico, o que realmente distingue a China da

antiga URSS, e a situação atual da antiga Guerra Fria, é o fato de a China ser uma ‘civilização milenar’ muito mais do que um Estado nacional. E uma civilização que nasceu e se desenvolveu de forma inteiramente independente da civilização ocidental, com seus próprios valores e objetivos que não foram alterados por seu novo sucesso econômico”.

Os “valores e objetivos” de uma “civilização milenar” são muitos e contraditórios. Mas os valores e objetivos predominantes naquela civilização conduziram a China a ser ultrapassada pelo capitalismo e quase destruída pelo imperialismo. Foi necessário que outros valores e objetivos se tornassem predominantes, para que a China mantivesse a unidade nacional e atingisse o atual sucesso econômico. E estes outros valores e objetivos não se desenvolveram de forma “inteiramente independente da civilização ocidental”. Para simplificar, sem Marx e Engels, não haveria Mao e Deng.

Fiori afirma que o que “realmente distingue” a China da antiga URSS é a “civilização milenar”. Certamente esta é uma das distinções. Mas para que esta distinção possa ser citada, foi preciso que ela sobrevivesse. E o que impediu que aquela “civilização milenar” desaparecesse, no período 1839-1949, não foram valores e objetivos “inteiramente independentes” da “civilização ocidental”. O que impediu que a China se

fragmentasse foi um longo processo revolucionário em que se combinaram valores e objetivos de vários tipos, alguns dos quais “milenarios” e outros desenvolvidos primeiramente no “Ocidente”.

E o que permitiu que a China não sofresse a mesma debacle da URSS não foi a “civilização milenar”, mas a política adotada a partir de 1978, política que não foi inspirada em valores e objetivos “inteiramente independentes” da “civilização ocidental”; novamente, houve um combinado em que valores e objetivos “milenarios” e “ocidentais” jogaram grande papel.

Por qual motivo é relevante levar isto em conta?

Entre outros motivos porque, hoje, como no passado, não será a “civilização milenar” que vai garantir a vitória da China no atual embate com os Estados Unidos. Claro que os últimos 100 ou 70 anos da história chinesa não se explicam sem o passado milenar; mas o passado milenar pré-1921 não foi suficiente para superar a situação semi-feudal e semicolonial, não bastou para derrotar o capitalismo e o imperialismo, não bastará para derrotar a atual ofensiva dos Estados Unidos, nem muito menos para enfrentar as contradições derivadas do próprio sucesso chinês.

Pois cabe lembrar que a China – com todo seu “sucesso econômico indispensável para a economia capitalista internacional” – é uma nação... socialista. Motivo pelo qual existe uma contradição entre a dinâmica interna da sociedade chinesa e

sua projeção externa, entre o sucesso contínuo da China e a economia capitalista internacional.

Fiori afirma que:

“soa absurdo aos ouvidos chineses quando os governantes ocidentais falam de uma luta que os separa da China, entre a democracia e o autoritarismo, sem que os ocidentais consigam se dar conta de que esta polaridade é inteiramente ocidental. E que, na verdade, trata-se de uma disputa que está sendo travada neste momento dentro das próprias sociedades ocidentais, sobretudo nos Estados Unidos, mas também em alguns países europeus, onde a democracia vem sendo ameaçada pelo avanço de forças autoritárias e fascistas. A civilização chinesa não tem nada a ver com isso, nem pretende se envolver com essa briga interna do Ocidente. Sua história e seus princípios éticos e políticos nasceram e se consolidaram há três mil anos, muito antes das civilizações greco-romana e cristã do Ocidente”.

Na minha opinião, Fiori está completamente equivocado. Para começo de conversa, a luta entre democracia e ditadura não é um fenômeno “ocidental”. Na própria China, esta luta foi um dos componentes das várias guerras civis travadas entre 1911 e 1949. Em segundo lugar, não é verdade que a “civilização chinesa” não tenha “nada a ver com isso”, nem pretenda “se envolver com essa briga interna do Ocidente”. Alguém acredita

mesmo que a luta contra o neofascismo e contra o imperialismo podem ser vistas como uma “briga interna” de terceiros?? Fiori confunde a política externa de não intervenção nos assuntos internos de outros países, com a bizarra concepção acerca de uma “briga interna do Ocidente”.

Finalmente, e mais importante, historicamente falando, Fiori erra quando fala que a história e os princípios éticos e políticos da China moderna “nasceram e se consolidaram há três mil anos, muito antes das civilizações greco-romana e cristã do Ocidente”. Se ele tivesse dito “parte” ou até mesmo “parte importante”, eu poderia concordar. Mas a China moderna é incompreensível sem o Partido Comunista e os “princípios” deste partido não “nasceram e se consolidaram há três mil anos”.

Claro que há uma tradição política e historiográfica que pretende apresentar o PC chinês como uma espécie de mandarinato moderno. Mas mesmo esta tradição não pode omitir que exista algo de moderno, com menos de três mil anos, no comunismo chinês. Tampouco pode omitir que houve uma revolução no meio do caminho.

Se o que Fiori fala fosse verdade, a revolução de 1949 não teria sido necessária. Refiro-me à frase:

“Durante suas sucessivas dinastias, o império chinês foi governado por um mandarinato meritocrático que pautou sua conduta pelos princípios da filosofia moral confuciana, laica e ex-

tremamente hierárquica e conservadora, que foi adotada como doutrina oficial pelo Império Han (206 a.C.-221 d.C.), e depois se manteve como a bússola ética do povo e da elite governante chinesa até os dias de hoje”.

Dizer que a “bússola ética do povo e da elite governante é a mesma” desde 206 a.C. até os dias de hoje é dizer, por tabela, que os motivos que tornaram necessária a revolução foram todos externos à sociedade chinesa, que não havia uma classe dominante que explorava brutalmente a imensa maioria do povo chinês. Fiori reduz tudo ao “assédio e humilhação por parte das potências ocidentais”, como se não houvesse contradições internas brutais que inclusive ajudam a entender a penetração imperialista.

Óbvio que há elementos de continuidade na história chinesa; mas há também elementos de ruptura. Fiori some com estes últimos e deixa só os primeiros. Por exemplo: depois de dinastias sucessivas, a “China foi derrotada pela Grã-Bretanha e pela França, nas duas Guerras do Ópio, em 1839-1842 e 1856-1860, e foi submetida a um século de assédio e humilhação por parte das potências ocidentais, até os chineses reassumirem seu próprio comando após a sua revolução republicana de 1911, e a vitoriosa revolução comunista de 1949”.

Por qual motivo as dinastias tão supostamente exitosas do passado fracassaram frente às potên-

cias ocidentais? E por qual motivo falar que os chineses “reassumiram seu próprio comando” em 1911 e 1949, como se houvesse uma volta dos que nunca foram? E por que apresentar as revoluções de 1911 e 1949 apenas como continuidade? Todas estas perguntas remetem ao seguinte: a “civilização milenar” chinesa era um poço de contradições de classe brutais. Esquecer destas contradições e apresentar o PC chinês como uma continuidade do mandarinato meritocrático imperial é errado historicamente e politicamente desastroso, pois na prática contribui para o discurso segundo o qual a “democracia” capitalista ocidental seria expressão da modernidade, enquanto a China seria expressão do passado.

O texto de Fiori conclui com um sumário dos triunfos recentes da China e com a seguinte síntese de sua estratégia: “Assim, apesar de todo o estrondoso sucesso social, econômico e tecnológico, a China não está se propondo ao mundo como um modelo de validade universal, nem está se propondo substituir os Estados Unidos” como centro articulador do “poder global”.

Isto é verdade? Sim.

Mas isto resolve a contradição? Não.

O problema é que Fiori vê a contradição assim:

“o que mais aflige os governantes ocidentais é o sucesso de uma civilização diferente da sua e que não mostra o menor interesse em disputar ou substituir a tábua de valores da Cornuá-

lia. O que parece que as potências ocidentais não conseguem perceber inteiramente é que está instalada no mundo uma nova espécie de “equipotência civilizatória” que já rompeu com o monopólio ético do Ocidente”.

Que isso faz parte do problema, não tenho dúvida. Mas discordo que isto seja a parte principal do problema. O problema principal é riqueza e poder, não o “conflito de civilizações”. A China está superando os EUA no quesito economia e por isso constitui uma ameaça mais perigosa – para os Estados Unidos – do que a URSS da época da Guerra Fria.

Fiori afirma, com a mesma confiança exibida por muitos soviéticos no passado, que “hoje parece rigorosamente impossível reverter a expansão social, econômica e tecnológica chinesa”. E também afirma, com uma verdadeiramente deliciosa fé no bom senso alheio, que seria uma “temeridade global” tentar bloquear a China “através da guerra convencional”. Mas com a cautela devida, reconhece que a “onipotência e a insensatez” podem prevalecer e acha que neste caso o “acerto de contas” já “está agendado e tem lugar e hora marcados: será na Ilha de Taiwan”.

Admitamos o argumento: ele basta para demonstrar que não é “rigorosamente impossível” causar imensos problemas para a China, com consequências que só podemos especular. E registre-se que são problemas de natureza

“defensiva”, ou seja, um triunfo chinês na luta por Taiwan não “resolve” a contradição entre o socialismo chinês e o mundo capitalista liderado pelos EUA. Aliás, a solução desta contradição não depende dos chineses, motivo pelo qual eles adotam uma estratégia de longo prazo, na expectativa de que fatos novos ocorram noutras regiões do mundo, fatos que enfraqueçam o poder dos EUA. Mas para que estes fatos novos ocorram, é preciso que haja quem se disponha a lutar por eles.

Fiori termina seu texto afirmando não ser “impossível imaginar um futuro em que o hiperpoder econômico e militar dessas grandes civilizações que dominarão o mundo no século XXI impeça uma guerra frontal” e possibilite um longo período de “armistício imperial” em que se “possa testar a proposta chinesa de um mundo em que todos ganhem, como vem defendendo o presidente chinês Xi Jinping” (...) “O problema” é que um “armistício imperial” desse tipo requer que as “sete potências da Cornuália” abram mão de sua “compulsão catequética” e do seu “desejo de converter o resto do mundo aos seus próprios valores civilizatórios”.

Da minha parte, considero que o principal “problema” deste cenário – que de resto eu considero totalmente improvável, para não dizer outra coisa – é que o lugar da América Latina e do Brasil nesta solução será similar ao do cinturão de

asteroides na ficção científica *The Expanse*⁸. Entre outros motivos porque não é possível um mundo capitalista em que “todos ganhem”.

⁸ *The Expanse* (Brasil: *A Expansão*) é uma série de televisão estadunidense criada por Mark Fergus e Hawk Ostby, baseada na série literária de mesmo nome de Daniel Abraham e Ty Franck (ambos escritos com o pseudônimo James S. A. Corey). O cenário é um futuro em que a humanidade colonizou o Sistema Solar.

Robinson, o maniqueísta

7 de novembro de 2023

Não recomendo a leitura de um texto intitulado *O insuportável maniqueísmo da esquerda “anti-imperialista”*.

Escrito por William I. Robinson, o texto critica uma

“esquerda auto-declarada “anti-imperialista” que condena a exploração e a repressão capitalista em todo o mundo quando praticada pelos EUA e outras potências ocidentais ou pelos governos que eles apoiam mas fecha os olhos ou até mesmo defende Estados repressivos, autoritários e ditatoriais simplesmente porque esses Estados enfrentam a hostilidade de Washington”.

Quem teve a oportunidade de ver ou estudar o que ocorre com os Estados que enfrentam a hostilidade de Washington sabe que “simplesmente” é uma palavra que simplesmente não se aplica ao caso. Iraque, Líbia, Síria, Afeganistão, Irã e Cuba que o digam.

E quem teve a oportunidade de acompanhar a retórica dos EUA contra seus inimigos sabe que ela, a retórica, é organizada em torno da luta contra o totalitarismo.

Levando isto em consideração, é um desafio e tanto construir uma posição crítica aos inimigos dos EUA, sem converter-se em aliado dos EUA. Robinson não teve êxito nesta tarefa.

Seu primeiro alvo é a China. Lá, segundo Robinson, teria sido “o desenvolvimento capitalista” quem “*tirou milhões da pobreza extrema e trouxe uma rápida industrialização, progresso tecnológico e infraestrutura avançada*”.

Segundo Robinson, esses progressos teriam ocorrido, também “nos países centrais da América do Norte e da Europa Ocidental”, entre o “final do século XIX até meados do século XX”. Confesso que não consigo entender esta periodização.

Emenos ainda consigo entender uma comparação “plana”, sem mediações, entre o desenvolvimento nas metrópoles imperialistas e o desenvolvimento na periferia colonial ou semicolonial.

Robinson diz que a “esquerda nunca viu esse desenvolvimento capitalista no Ocidente como uma vitória para a classe trabalhadora nem perdeu de vista o vínculo entre esse desenvolvimento e a lei da acumulação combinada e desigual no sistema capitalista mundial”. Isto não é exatamente verdade.

O que se pode dizer é que um setor da esquerda sempre apontou a “natureza contraditória” do desenvolvimento capitalista. E, especialmente nos países submetidos a dominação colonial e exploração imperialista, muitos setores da esquerda se apoiavam nesta natureza contraditória, para defender que o desenvolvimento (mesmo capitalista) seria um avanço em relação ao passado feudal, colonial e semicolonial de vários países.

Robinson, crítico do maniqueísmo dos outros, não dá muita atenção para estas nuances, digamos assim. Para ele, a China “pode ser um modelo de desenvolvimento capitalista distinto da variante neoliberal ocidental, mas obedece ainda às leis da acumulação de capital”. Isto em parte é verdade, mas não é toda a verdade. Que há capitalismo na China, nem os comunistas chineses duvidam. Mas é difícil enquadrar como “capitalista” uma sociedade produto de uma revolução, onde a propriedade da terra não é privada, onde o setor financeiro está sob controle estatal, onde há um planejamento global extremamente exitoso, onde a burguesia foi primeiro expropriada e depois recriada de cima para baixo. Sem falar do sistema político.

Robinson tem razão quando aponta, com outras palavras, que o desenvolvimento chinês chegou ao ponto da exportação de capitais – exatamente aquilo que caracteriza o imperialismo, segundo Lenin e outros autores que o PC chinês tanto elogia. O curioso é que ele reclama do “surto

de investimento direto” chinês, num tom muito parecido com as reclamações vindas de parte do establishment gringo.

Sem dúvida que o capital chinês, quando chega em qualquer lugar do mundo, seja no centro, seja na periferia, age como capital. Motivo pelo qual os governos progressistas e de esquerda, os partidos e movimentos democráticos e populares, precisam criticar e impor limites. Mas o que seria melhor? Os capitalistas de outras nacionalidades? Ou capitalista nenhum?

Robinson diz que “a questão não é que o capital chinês seja pior ou melhor do que o capital originário de outros países. O capital é capital independentemente da identidade nacional ou etnia dos seus portadores”.

Sua reclamação é a seguinte: *quando um Estado capitalista ocidental e um Estado capitalista no Sul Global cooperam, isso é condenado como exploração pelo imperialismo e pelas classes dominantes locais. Já quando dois Estados capitalistas do Sul Global cooperam para os mesmos megaprojetos e exploração corporativa, isso é elogiado como “cooperação Sul-Sul” progressista e anti-imperialista e que “traz desenvolvimento”.*

Certamente deve haver quem trate os chineses da mesma forma como outros tratavam, no passado, os soviéticos. Mas se os gatos são todos capitalistas, melhor caçar com os que são inimigos de nossos inimigos. Ou isso não faz diferença?

Robinson reconhece que “a ascensão pacífica do socialismo com características chinesas” oferece “uma alternativa ao imperialismo ocidental”.

Sua reclamação é que a ascensão dos chineses não “oferece uma alternativa à expropriação e exploração capitalista. O desenvolvimento capitalista não é um processo neutro em termos de classes. É por definição um projeto de classe da burguesia.”

A primeira parte do argumento é verdadeira, mas isto é óbvio, salvo para quem acredite que a libertação do capitalismo será obra e graça de alguma potência estrangeira.

A segunda parte do argumento não é verdadeira. O desenvolvimento capitalista em curso na China não é apenas um “projeto de classe da burguesia”. A velha burguesia chinesa foi expropriada e a nova está – pelo menos até agora – submetida a imperativos externos, vindos do Estado-Partido chinês.

Do que foi dito antes decorre o seguinte: os países periféricos, se quiserem se libertar do imperialismo e do capitalismo, terão que em alguma medida ampliar seu desenvolvimento e isso exigirá algum nível de capitalismo, em confronto com o imperialismo neoliberal comandado pelos Estados Unidos (e não pelos chineses, sempre é bom lembrar). Deste ponto de vista, a relação com os chineses é – nas condições dadas – progressiva, quando contrastada com a relação com os Estados Unidos.

Por outro lado, se o caminho chinês (desenvolvimento capitalista sob controle de um Estado

socialista) for impugnado, então não existe caminho alternativo e a conclusão será “fukuyamica”.

Sobre a Nicarágua, Robinson omite dois detalhes importantes: a disputa acerca do canal transoceânico e a ruptura da aliança entre a FSLN e uma parte da oligarquia local. Sem estes dois detalhes, não dá para entender o que está ocorrendo naquele país.

Mas Robinson não parece muito interessado nos detalhes do que está ocorrendo agora, pois na verdade ele impugna tudo o que ocorreu desde 2007, além de minimizar as pressões que os EUA fazem contra a Nicarágua (seria apenas “retórica de Washington”).

O que Robinson argumenta acerca da Nicarágua me lembra o que certas figuras da esquerda disseram sobre os governos Kadafi, Sadam Hussein e quetais. Aqueles governos eram pintados com as cores mais terríveis – e uma parte do que se dizia era mesmo verdade. E assim se criou o ambiente para a derrubada daqueles governos. E o que veio em seguida?

Robinson critica a “concepção de soberania” dos que ele chama de “esquerda anti-imperialista”. Segundo Robinson, esta concepção não levaria em conta o “povo” ou “as classes trabalhadoras”, mas sim os “governantes dos países que defendem”. E agrega o seguinte: “As lutas anticoloniais e anti-imperialistas do século XX defendiam a soberania nacional – e não estatal – face à interferência das potências imperiais”.

Isso não é exatamente verdade. Basta pensar na relação entre a URSS e vários governos que estavam em choque com o imperialismo. Há situações em que a defesa da soberania nacional é inseparável da defesa de um governo que, do ponto de vista da luta social, não é dos mais defensáveis. É uma questão contraditória, que não admite solução simplista, mesmo que essa solução seja baseada na defesa do “internacionalismo proletário”.

Acontece que Robinson tem outro ponto de vista. Segundo ele,

“nós, na esquerda, não temos escrúpulos em “violiar a soberania nacional” para condenar os abusos dos direitos humanos cometidos por regimes pró-ocidentais e nem os devemos ter na defesa dos direitos humanos naqueles regimes não favorecidos por Washington”.

Notem o detalhe sutil: tem os regimes “pró-ocidentais” e tem os outros. Pois bem: a questão é que Washington manipula o tema dos “direitos humanos” para encobrir algumas de suas intervenções. A questão é: a falta de escrúpulos desta “esquerda pró-direitos humanos em toda parte” muitas vezes está à serviço – e algumas vezes bem paga – da legitimação destas intervenções.

Dizendo de outro jeito: calar diante de um abuso não é uma opção, nunca. Mas a ingenuidade – do tipo que condena como simétricas a violência do opressor e a violência do oprimido – tampouco é uma opção. Vide o que ocorreu em Gaza. Não foram

poucos os integrantes da esquerda-sem-escrúpulos que não deram a mínima bola para diferenciar a violência praticada pelos colonizados. Com isso, ajudaram objetivamente a campanha de violência terrorista praticada pelos colonizadores.

O internacionalismo proletário proclamado por Robinson é, nesse sentido, uma declaração de princípios, não uma política.

A saber:

“O internacionalismo proletário convoca as classes trabalhadoras e oprimidas de um país a estender a solidariedade não aos Estados mas às lutas das classes trabalhadoras e oprimidas de outros países. Os Estados merecem o apoio da esquerda na medida – e apenas na medida – em que avancem nas lutas emancipatórias das classes populares e trabalhadoras, que façam avançar ou sejam forçados a fazer avançar políticas que favoreçam estas classes”.

Acontece que na vida real, os Estados expressam as relações contraditórias existentes na sociedade. E, portanto, não existe um Estado que sempre faça avançar, que sempre favoreça, que sempre esteja do lado certo e nunca cometa nada errado, do ponto de vista das classes populares e trabalhadoras. Aliás, se fosse tão perfeito, Estado não seria.

O melhor exemplo de que a postura de Robinson é, na prática, uma linha auxiliar do discurso do departamento de Estado, é sua crítica aos BRICS.

Segundo ele, os “anti-imperialistas” aplaudem os BRICS como um desafio do Sul ao capitalismo global, uma opção progressista ou até anti-imperialista para a humanidade. Só podem fazer tal afirmação reduzindo o capitalismo e o imperialismo à supremacia ocidental no sistema internacional.

O problema é que hoje, aliás desde o final do século XIX, o imperialismo e o capitalismo global estão vinculados a que Robinson chama de “supremacia ocidental”. Frente a isso, os BRICS são sim um ponto de apoio importante.

Aplaudir iniciativas como a dos BRICS não implica em trocar uma perspectiva socialista por uma nacionalista. Mas não estimular iniciativas como as dos BRICS significa, na prática, dar uma mãozinha (esquerda) ao imperialismo.

Há riscos no anti-imperialismo? Corre-se o risco de “obscurer” as contradições internas de classe? Sim, certamente.

Mas muito mais perigoso é não perceber o pântano aonde nos conduz a postura de lamentar a perda de espaço por parte dos capitalistas metropolitanos. Exemplo deste pântano:

“não está claro o que seria anti-imperialista, muito menos anti-capitalista, nos safaris corporativos africanos de Lula e, por extensão, na agenda de “cooperação Sul-Sul” que simboliza, ou por que a esquerda devesse aplaudir a expansão do capital baseado no Brasil para África, do capital baseado na China para

a América Latina, do capital baseado na Rússia para a Ásia Central ou capital baseado na Índia para o Reino Unido”.

Digo que é um pêntano, porque é óbvio que a expansão capitalista não é anticapitalista. E também está óbvio que a expansão de capitais vindos da periferia é expansão de capitais. Mas a pergunta é: para nós, é indiferente se o capital veio da gringolândia ou da China? Da Rússia ou da Alemanha?

Na cabeça de Robinson, o imperialismo parece uma abstração, um capital sem pátria a rondar o mundo. Mas, na vida real, o imperialismo tem Estados por detrás. Neste sentido, é importante Robinson reconhecer que os BRICS “efetivamente sinalizam uma mudança para um sistema interestatal mais multipolar e equilibrado dentro da ordem capitalista global”. Mas ele em seguida diz que

“este sistema interestatal multipolar continua a ser parte de um mundo capitalista global brutal e explorador, no qual os capitalistas e os Estados do BRICS estão tão comprometidos com o controle e a exploração das classes populares e trabalhadoras globais quanto as suas contrapartes do Norte”.

Ou seja: é importante, mas não faz diferença. Temo pelo passo seguinte, que se bobear será algo do tipo: *melhor o mal conhecido (os EUA) do que o mal desconhecido (o perigoso Oriente).*

Aliás, é nestas bases que Robinson apresenta o mundo que vem por aí. Cito: “Na China, o hiper-

-nacionalismo combina-se com a obediência confuciana à autoridade, a supremacia étnica Han e uma nova Longa Marcha para recuperar o estatuto de grande potência. Para Putin, são os dias de glória de um império “grão-russo” ancorado na Eurásia, politicamente sustentado pelo conservadorismo patriarcal extremo que Putin chama de “valores espirituais e morais tradicionais” que incorporam a “essência espiritual da nação russa sobre o Ocidente decadente”.

Segundo ele, de um lado e de outro, teríamos movimentos simétricos: “Tornemos a América grande outra vez! Tornemos a China grande outra vez! Tornemos a Rússia grande outra vez!”

Mesmo reconhecendo que “os Estados Unidos podem ser o criminoso mais perigoso”, Robinson diz que afirmar que existe um “único inimigo”, os EUA e os seus aliados, seria a “história maniqueísta de “o Ocidente e o resto”.

O problema é o seguinte: mesmo que não fossem o “único inimigo”, os Estados Unidos e seus aliados são inimigos diferenciados. Desconhecer isso é, na prática, contribuir para desorganizar o bloco de forças que pode derrotar a hegemonia estadunidense.

O curioso nessa história toda é que não é a esquerda anti-imperialista que é “maniqueísta”, mas sim Robinson. Pois no fundo ele não admite que do nosso lado da história possam estar não apenas os bons, mas também estejam muitos brutti, sporchi e cattivi.

Algumas observações sobre “O campo da economia política mundial”

8 de novembro de 2023

I

O “campo da economia política mundial” é profundamente político. Os temas que debatemos e as posições que expressamos são parte integrante de um conflito em grande escala, sobre os destinos da humanidade, do nosso continente, da nossa sociedade, dos diferentes setores sociais e políticos que a compõem. O desfecho deste conflito não está definido. Depende do que está ocorrendo e do que ainda vai ocorrer no Brasil, na região e no mundo, nos próximos anos e décadas. Depende do desfecho da luta que se trava entre diferentes forças, a começar pelas classes e Estados, em todos os terrenos, inclusive no âmbito do chamado “pensamento acadêmico”. Por tudo que foi dito, o “campo” da economia política mundial é espaço de conflito entre diferentes interpretações e propostas, que se vinculam, de maneira

explícita ou não, com as diferentes forças em luta. Enfim, é inescapável a dimensão *política* da economia política. Esta dimensão política inclui a ação e a análise, entre muitas forças e temas, do imperialismo, de sua relação com os países das periferias do mundo, das atitudes desses países. Inclui a dimensão explicitamente militar, mas também as guerras econômicas, políticas e ideológicas. Inclui as articulações e movimentos políticos sociais de dimensão internacional. Inclui a análise comparada das transições hegemônicas. Inclui o papel e o funcionamento das diversas instituições internacionais etc. A rigor, nada do que é político pode nos ser estranho.

2

Ademais, mesmo que não se queira, é inevitável tomar partido. Não apenas ou principalmente no sentido de fazer “escolhas metodológicas” por esta ou aquela abordagem teórica. É inevitável tomar partido no sentido amplo da palavra. Para quem pretenda expressar o ponto de vista dos setores conscientes da classe trabalhadora – portanto latino-americanista, anticapitalista, anti-imperialista, antipatriarcal, antirracista, antissistêmico, revolucionário, comunista – uma das questões fundamentais da “economia política mundial” consiste em identificar as tendências de desenvolvimento do capitalismo mundial, entendendo o capitalismo não como “sistema econômico”, mas como modo de produção e reprodução que atravessa e determina,

senão todas, certamente as principais dinâmicas da vida e da morte em nosso planeta. Identificar as tendências do desenvolvimento exige uma análise multidimensional, histórica, social, econômica e política.

3

Identificar as tendências implica ir além da descrição do estado da arte, implica a identificação dos desdobramentos possíveis. Por exemplo: a destruição generalizada da civilização humana, o permanente estado de exceção, a “blocalização” substituindo a globalização, bem como as perspectivas que falam de um hipotético *welfare state* planetário e das possibilidades de um novo ciclo de transições socialistas.

4

Parte destes desdobramentos possíveis depende do conflito entre Estados Unidos e China. Este conflito é multidimensional: Sul versus Norte, Oriente versus Ocidente, capitalismo de Estado versus capitalismo neoliberal, socialismo versus capitalismo. Não está dado como evoluirá este conflito, quem, quando e como vencerá. Acompanhar o conflito EUA versus China é, de toda forma, outra questão fundamental da economia política mundial.

5

Caso o conflito termine com a vitória dos Estados Unidos, a tendência é se aprofundar a subordinação

primário-exportadora do conjunto da América Latina e Caribe. Nesse sentido, interessa ao Brasil que os EUA sejam derrotados. E, mais do que isso, que sejam derrotados de forma tal que se impeça que eles concentrem, por sobre o subcontinente, as forças que estão hoje espalhadas pelo mundo.

6

Caso o conflito termine com a vitória da China, não está dado quais das suas dimensões – Sul, Oriente, capitalismo de Estado, socialismo – predominará. Por isso mesmo, a vitória da China também pode resultar no aprofundamento da subordinação primário-exportadora da América Latina e Caribe.

7

Superar nossa condição primário-exportadora depende essencialmente da luta entre as diferentes forças sociais e políticas no interior de cada país da região, bem como da relação que se estabeleça entre os integrantes da região e dela com o mundo. Embora nenhum dos países tenha condição de, sozinho, mudar seu lugar no mundo, alguns têm muito mais condições que outros. É o caso do Brasil.

8

O Brasil vive, neste ano de 2023, dilemas similares aos dos anos 20 do século XX. Mas a atual classe dominante brasileira não possui, no seu interior, uma fração semelhante àquela dirigida por Getúlio

Vargas. Por isso, não haverá soberania nacional, bem-estar social, liberdades democráticas e desenvolvimento enquanto a classe trabalhadora brasileira não controlar as principais alavancas do poder (político, cultural, econômico, militar) e usar estas alavancas para mudar estruturalmente nossa sociedade.

9

Nas condições históricas atuais, transformar estruturalmente o Brasil passa pela constituição de uma nova América Latina e Caribe, seja para nos defender de agressões, seja para aproveitar as potencialidades. Deste ponto de vista, é necessário dar continuidade à elaboração de uma “economia política mundial latino-americana e caribenha”.

10

Também nas condições históricas atuais, transformar estruturalmente o Brasil e a região passa por derrotar a classe dominante brasileira e ir muito além dos experimentos desenvolvimentistas de tipo capitalista. Deste ponto de vista, é necessário dar continuidade à elaboração de uma “economia política da transição socialista *na América Latina e Caribe*”.

11

O capitalismo é uma realidade. O comunismo é um projeto. O socialismo é transição, em parte realidade, em parte projeto. Desta

“dupla face” decorrem problemas metodológicos importantes, no estudo e no debate da economia política da transição socialista. Problemas complicados pela natureza assumidamente “chinesa” e de “mercado” da *principal experiência socialista contemporânea*, a chinesa.

12

Hipoteticamente, a transição socialista ao comunismo envolve três eixos combinados: a socialização da produção, a socialização do poder e a neutralização do capitalismo mundial. Estes três eixos se condicionam mutuamente. Enquanto existir hegemonia capitalista em escala mundial, isso imporá limites à transição socialista realmente existente. Foi assim com a URSS, é assim com Cuba e China. Aceitas estas premissas, não é possível impugnar o socialismo chinês por nele existir capitalismo. Assim como tampouco é possível atribuir ao socialismo chinês tarefas e êxitos que dependem da ocorrência de um novo ciclo de tentativas de construção do socialismo, um novo ciclo que tenha uma potência capaz de abalar a hegemonia capitalista mundial. Da URSS não veio nem viria, da China não virá, aquilo que só novas grandes revoluções poderão fazer.

13

Em resumo: do ponto de vista explicado no início, decorrem quatro ênfases: a política da economia política, os futuros possíveis

do capitalismo, a dimensão regional e a transição socialista. Em nenhuma destas questões se parte do zero. O conhecimento acumulado é matéria-prima imprescindível. Precisamos reconhecer que nossa cultura coletiva é ainda muito pobre. Precisamos ampliar o conhecimento acerca do que se produziu e se produz a respeito, especialmente fora das “metrópoles ocidentais”. Mas a referência e o diálogo com o conhecimento acumulado não podem ocupar o lugar principal em nossas pesquisas, dissertações e teses. A prioridade deve ser a análise concreta da realidade concreta, o debate sobre as possibilidades futuras. E para isso se faz imprescindível mais criatividade política e originalidade teórica. Partir do futuro, não do passado.

A economia política da transição socialista

Fevereiro de 2023

A primeira questão a considerar é se existe uma “economia política da transição socialista”.

Há várias maneiras de responder esta questão.

Vamos seguir pelo caminho de analisar a expressão “transição socialista”, começando pelo segundo termo: “socialismo”.

O termo socialismo foi utilizado, desde o século XIX até hoje, para designar três fenômenos distintos, embora vinculados entre si: um *movimento político-social*, uma *visão de mundo* e um *tipo de sociedade*.

Nos três casos, estamos diante de fenômenos heterogêneos, mas há uma distinção especialmente interessante, tendo em vista o que nos propomos estudar, a saber: ninguém coloca em questão a existência de movimentos político-sociais e de visões de mundo “socialistas”, embora evidente-

mente existam divergências acerca *do que e de quem* pode ser assim classificado.

Entretanto, há quem questione não apenas o caráter socialista de uma dada sociedade, mas inclusive há quem questione se este tipo de sociedade já existiu, em algum momento da história.

Tal questionamento relaciona-se, como é óbvio, as diferentes maneiras de caracterizar o que seria uma “sociedade socialista”.

Em linhas gerais: os que caracterizam uma sociedade socialista como sendo (ou devendo ser) algo *absolutamente distinto* da sociedade capitalista (ou mesmo da sociedade de classes “em geral”), considerar que este tipo de sociedade nunca existiu. Haveria, no máximo, sociedades “em transição ao socialismo”. Dito em outros termos, para quem considera como indicativos de “socialismo” a propriedade social dos meios de produção, a inexistência de classes sociais, a inexistência de Estado (em âmbito nacional ou até mesmo mundial), é evidente que nunca existiu socialismo no mundo.

Já para quem considera que outro modo de produção, posterior ao capitalismo, não surgirá pronto e acabado, exigindo uma transição, *são ou podem ser consideradas* socialistas aquelas sociedades que contém sinais de que aquela transição estaria em curso. Portanto, para os defensores deste ponto de vista, uma sociedade socialista não apenas pode, como deve ter classes, Estado, diferentes níveis de opressão e exploração. Os defensores deste ponto

de vista costumam adotar termos que diferenciem a *transição do objetivo final*, por exemplo: “socialismo e comunismo”, “primeira etapa do socialismo e socialismo avançado” etc. Registre-se ainda que, segundo o raciocínio anteriormente exposto, não faria sentido falar de “transição ao socialismo”, sendo adequado falar de “transição socialista”.

Isto por três motivos: primeiro, para acentuar que *o socialismo é em si mesmo uma transição*; segundo, *para lembrar que a transição pode sofrer uma reviravolta e neste caso se dar em direção ao capitalismo*; terceiro, para evitar que se aplique o termo a sociedades capitalistas, nas quais determinadas forças políticas acreditam estarem introduzindo elementos socialistas.

Vale notar que – se estivéssemos diante de uma discussão apenas terminológica – poderíamos concluir que o que alguns denominam de socialismo outros denominam de comunismo; o que alguns denominam de “transição ao socialismo” outros designam de “transição ao comunismo”.

O tema é: quando começa a “transição ao socialismo” e quando começa a “transição socialista”?

Começemos pela última: existe transição socialista quando a classe trabalhadora se torna classe politicamente dominante e, portanto, quando passa a deter os meios para alterar a dinâmica econômico-social. Portanto, quando ocorre uma revolução político-social vitoriosa.

E neste ponto se faz necessário diferenciar a

“revolução” no *sentido estrito* e a “revolução” no *sentido amplo* da palavra.

A revolução no sentido estrito é político-social, ou seja, a classe anteriormente dominada se torna classe dominante. Já a revolução no sentido amplo é econômico cultural, ou seja, há uma mudança significativa no modo de produção.

Quando entendidas como sinônimos, a *transição socialista* ou a *transição ao socialismo* designam processos que – a julgar pela experiência histórica disponível – duram muitas décadas. A União Soviética teve sua transição interrompida antes dos 80 anos (1917-1991); a República Popular da China só vai atingir esta duração em 2029. E se nos pusermos a especular sobre o futuro, o que podemos dizer é: i/a estabilidade mata a transição; ii/a transição só é rápida em direção ao capitalismo; iii/uma transição ao comunismo pressupõe um longo período histórico (especialmente tendo em conta a dimensão internacional).

Sendo assim, a “transição socialista” realmente existente é necessariamente de longa duração. Portanto, estamos diante de formações econômico-sociais que precisam ser distintas (e crescentemente distintas) do ponto de partida, mas que tardarão muito para chegar ao “ponto final” (e, se não chegarem, se retornará ao modo de produção capitalista).

É por conta deste raciocínio acima que é útil adotar os termos “socialismo” e “comunismo”,

compreendendo o primeiro como sociedades realmente existentes e o segundo como um objetivo histórico, que só as gerações futuras poderão dizer se foi alcançado. Aceito o raciocínio anterior, adota-se então o termo “transição socialista” e deixa-se de lado o termo “transição ao socialismo”, para designar aquelas sociedades em que a classe trabalhadora é a classe dominante.

Ao chegar neste ponto, nos deparamos com a pergunta: a classe trabalhadora é a classe dominante em sociedades como a chinesa, a norte-coreana, a cubana e a vietnamita? Se a resposta for baseada no direito vigente nesses países, a resposta é: *sim*. Mas se for baseada na análise concreta da situação concreta, a resposta é: *em termos*.

O mesmo pode ser dito, com maiores ou menores mediações, acerca das experiências interrompidas de transição socialista: a desaparecida sociedade soviética (1917-1991), os desaparecidos regimes democrático-populares do Leste Europeu (Iugoslávia, Albânia, Romênia, Hungria, Tchecoeslováquia, Bulgária, Polônia e República Democrática da Alemanha) e os desaparecidos regimes socialistas africanos (por exemplo: Angola e Moçambique).

Nestas sociedades, as antigas classes dominantes e exploradoras não preservaram o poder de Estado, mesmo onde preservaram, por maior ou menor tempo, algum tipo de propriedade dos meios de produção e alguma capacidade de explorar a força

de trabalho das classes trabalhadoras. Entretanto, não se pode dizer que o poder estivesse nas mãos da classe trabalhadora (no singular ou no plural), salvo se aceitássemos que no socialismo ocorre o mesmo que capitalismo, onde a massa dos capitalistas terceiriza para seus funcionários a gestão da máquina estatal e a gestão de suas empresas. Acontece que a terceirização de funções ocorrida no capitalismo muito raramente priva os capitalistas dos benefícios de ser classe dominante. Já no socialismo, como a história demonstrou inúmeras vezes, a terceirização de funções contribui para ampliar os sacrifícios das classes trabalhadoras.

A questão é: poderia, pode e poderá ser diferente? Ou este é um dos preços a pagar pelas transições socialistas iniciadas em países de desenvolvimento econômico reduzido? Dito de outra forma, o atraso no desenvolvimento das forças produtivas pressupõe algum nível de ditadura do proletariado sobre o próprio proletariado?

O raciocínio acima nos conduziria a dizer que as sociedades de transição socialista são aquelas em que as antigas classes proprietárias perderam o poder político, deixaram de ser classe(s) dominante(s) e, portanto, seu controle sobre os meios de produção é instável. Quem controla efetivamente o poder de Estado e os meios de produção – em nome das classes trabalhadoras – é algo a ser respondido pela análise concreta. Aliás, esta questão faz parte da matéria-prima mínima da “economia política da

transição socialista”. Pois a depender da resposta, não estamos diante de uma transição ao comunismo. Neste caso, podemos estar diante de outro tipo de sociedade, não capitalista, mas tampouco de transição socialista no sentido exposto anteriormente.

Nada disso impede, pelo contrário, que se investigue a “economia política da transição socialista”, desde que saibamos que desta investigação pode resultar uma resposta que negue a hipótese inicial.

Neste sentido, devemos abordar o tema com o espírito dos clássicos, ou seja, cientificamente; evitando a postura da economia política vulgar, apologeticamente. Mais ainda: cabe adotar uma postura de crítica da economia política, pois a rigor trata-se de identificar como – no curso de uma transição – se dá origem a outra sociedade, distinta tanto do ponto de partida, quanto distinta da própria transição.

Para que a problemática seja melhor compreendida, basta dar um exemplo, situado no terreno da política *stricto sensu*: se aceitamos a tese de que a ditadura do proletariado é necessária e que, ao mesmo tempo, ela deve se extinguir assim que cumprir sua missão histórica, então estamos diante de um processo que não tem absolutamente nada de trivial.

Com base nestas preliminares, para abordar o tema vamos seguir o caminho enumerado adiante:

- 1) o debate sobre a transição socialista, antes da Revolução Russa de 1917;

2) o debate sobre a transição socialista, a partir da experiência inaugurada com a Revolução Russa de 1919, compreendendo esta experiência em dois grandes momentos: 1917-1941 e 1945-1991;

3) o debate sobre a transição socialista, a partir da experiência inaugurada com a Revolução Chinesa de 1949, compreendendo esta experiência em dois grandes momentos: 1940-1978 e 1978-2022;

5) o debate sobre a transição socialista em Cuba, no Vietnã e na Coreia do Norte;

6) o debate sobre a transição socialista na Iugoslávia;

7) a experiência da Unidade Popular chilena, 50 anos depois, tem algo a nos ensinar a respeito?

8) o debate sobre a transição socialista, depois da crise de 2008.

#

Uma das maiores dificuldades no estudo das experiências de transição socialista é como evitar que a análise concreta da realidade concreta seja distorcida pelas intenções e projetos dos principais protagonistas políticos.

Algo similar ocorre na economia política vulgar, quando por exemplo se discute acerca da concorrência perfeita e dos mercados livres.

Mas por detrás da similaridade, esconde-se um problema de natureza distinta, a saber: a sociedade capitalista se construiu em grande medida espontaneamente; já uma sociedade comunista

se construirá apenas se for, ao menos em grande medida, um projeto consciente de uma grande parte da humanidade.

Ou seja: embora o comunismo seja possível graças a uma série de condições objetivas construídas pelo capitalismo, ele não triunfará sem que se construam determinadas condições subjetivas, que conduzam o processo histórico em determinada direção. A “vitória final” é “inevitável” apenas se comparecerem determinadas condições de temperatura e pressão.

Esta dialética entre fatores objetivos e subjetivos ou, posta a questão noutra dimensão, a dialética entre forças produtivas e relações de produção, constitui um dos grandes temas da economia política da transição socialista.

Pode-se dizer, é óbvio, que a classe dominante capitalista – ou pelo menos seus elementos conscientes – enfrenta problema similar, com uma diferença fundamental: a inércia os favorece.

Já os comunistas operam contra a inércia milenar da sociedade de classes e contra a inércia secular da sociedade capitalista. Inércia que faz com que os elementos objetivamente tendentes ao comunismo, elementos que brotam da própria dinâmica capitalista sejam – na ausência de determinadas variáveis, entre as quais uma hegemonia política adequada, bem como de outras variáveis – sejam seguidamente distorcidos e reaproveitados pela própria dinâmica capitalista.

O que foi dito anteriormente torna necessário estudar a dinâmica do socialismo enquanto movimento político-social e enquanto visão de mundo. E a compreensão adequada desta dinâmica exige voltar no tempo para antes de 1917, ou seja, para um período anterior ao surgimento do socialismo como tipo de sociedade.

Se observarmos o movimento socialista neste período, veremos ele concentrado em alguns países da Europa (inclusive Rússia), com presença importante também nos Estados Unidos, e orientado por uma miscelânea teórica que incluía, além da tradição marxista sobre a qual falaremos mais adiante, várias outras tradições.

Um caso clássico desta miscelânea é o Partido Social-democrata Alemão, como se pode confirmar lendo a crítica feita por Marx acerca do Programa de Gotha.

#

-maio de 1875

-o Partido Operário Social-Democrata, dirigido por August Bebel e Wilhelm Liebknecht

-União Geral Operária Alemã, dirigida por Hasenclever, Hasselmann e Tolcke.

-Partido Operário Socialista da Alemanha

-a União Geral Operária, criado em maio de 1863 por Ferdinand Lassalle

-Lassalle morreu aos 39 anos

-73 delegados contra 56 (versus força real na

classe)

-leitura e análise da crítica ao programa de
Gotha

#

Rápidos comentários sobre o que virá depois:

- Erfurt e a República
- Berstein Debate
- a guerra de 1914-1918
- a revolução de 1918-1919
- a república de Weimar
- o debate acerca da planificação socialista
- a ascensão do nazismo
- o programa de Bad Godsberg
- a virada social-liberal no período mais recente

#

-o “socialismo social-democrata” se converteu,
ao longo do século XX, em capitalismo com
bem-estar social, liberdades democráticas e
soberania nacional

-não por acaso seu êxito foi restrito a países
imperialistas

-também não por acaso seu declínio quando a
URSS desaparece

-o mesmo acontece com a variante desenvolvi-
mentista mais ou menos radical (desenvolvimento
capitalista como etapa prévia à revolução socialista)

#

Falando em termos gerais, ali onde o movimento socialista ganha caráter de massas, ele incorpora em maior ou menor medida diferentes tradições. Para os fins que nos interessam aqui – o debate sobre a economia política da transição socialista – vamos abordar três destas tradições: o socialismo como regresso ao passado pré-capitalista, o socialismo como sociedade de pequenos proprietários, o socialismo como ampliação dos direitos da classe trabalhadora no interior do capitalismo.

Há, no pensamento e na prática do movimento socialista, em qualquer período histórico, um componente de exaltação de um determinado aspecto da história passada, como exemplo do que seria a sociedade comunista. No Brasil, por exemplo, a exaltação da superioridade dos povos originários; no Peru dos anos 30, o elogio ao “socialismo incaico”; na Rússia dos anos 1870, a defesa da comunidade camponesa; e, inclusive, o lugar de Confúcio no discurso chinês atual. De diferentes formas, a sociedade futura pós-capitalista deveria ser uma espécie de regresso ao passado “pré-expulsão do Paraíso”.

Também há, no pensamento e na prática do movimento socialista passado e presente, um componente que exalta o papel do trabalhador e, em muitos casos, isso se traduz na exaltação do pequeno proprietário, do artesão, do operário qualificado, daquele trabalhador que por seus

méritos se destaca da massa dos trabalhadores. Esse componente é particularmente forte nos países onde as revoluções socialistas tiveram o protagonismo de uma aliança “operário-camponesa”. Como resultado disso, muitas vezes a sociedade futura pós-capitalista é projetada com uma espécie de cooperativa de “produtores associados”.

Finalmente, há uma forte corrente que compreende o socialismo como a ampliação dos espaços públicos e sociais. Como desdobramento, a sociedade socialista seria um “Estado de bem-estar ampliado”, o que em tese pode coexistir com ampla presença da propriedade privada, evidentemente sob a condição de que esta seja politicamente castrada.

Nos partidos oficialmente vinculados à tradição marxista, as três tradições que resumimos anteriormente convivem mais ou menos conflitivamente com a tese segundo a qual *o comunismo deve se apoiar nas forças produtivas modernas desenvolvidas pelo capitalismo*. A difícil convivência ficou especialmente evidente no final dos anos 1920 na Rússia e no final dos anos 1970 na China, quando o primado das forças produtivas foi imposto – de forma e com sentido diferentes entre si – pela maioria do partido respectivamente governante.

O lugar específico da tradição marxista, no contexto do movimento e da visão de mundo socialista, exige levar em consideração:

1) a pretensão científica e a prudência de Marx e Engels;

2) a relação entre desenvolvimento capitalista e comunismo;

3) a relação entre socialismo e comunismo;

4) o lugar da ditadura do proletariado;

5) a relação entre política e economia;

6) o papel da classe;

7) a expectativa: transição democrática, rápida e pacífica.

#

O primeiro lugar onde um partido orientado pela tradição marxista dirigiu uma revolução vitoriosa foi a Rússia de outubro-novembro de 1917. Mas esta experiência subverteu vários dos pressupostos até então clássicos do marxismo:

1) a relação entre desenvolvimento capitalista e o início da transição socialista;

2) uma ditadura minoritária, inclusive sobre o proletariado;

3) uma relação muito mais voluntarista entre política e economia;

4) o papel da aliança com o campesinato;

5) a expectativa: transição pouco democrática, pouco rápida e pouco pacífica.

Como foi possível que um partido marxista adotasse estes pontos de vista? Isso se explica, ao menos em parte, pelo lugar do marxismo

russo no pensamento revolucionário russo.
Para compreender tal lugar devemos levar em consideração:

1) o debate sobre a revolução russa antes de 1848;

-história da Rússia x desenvolvimento capitalista e o caminho francês

2) entre 1848 e 1861;

-história do movimento socialista na Rússia

-populismo

3) entre 1861 e 1917;

-social-democracia

-bolchevismo

-o papel das revoluções de 1905, fevereiro e outubro de 1917

4) a revolução russa depois da derrota da revolução alemã (o socialismo num só país, a NEP e a coletivização) industrialização).

5) o que teria ocorrido com a RR na guerra, sem a industrialização? Outra industrialização era possível?

A rigor, a Revolução Russa foi uma revolução burguesa tardia e, também, a primeira revolução socialista.

A variante social-democrata revolucionária (ala esquerda da revolução burguesa) só teve êxito no elo mais fraco da cadeia imperialista.

De conjunto devemos considerar:

-o local inesperado das revoluções e transições não deveria ser tão inesperado assim;

-há diferenças profundas entre TK e TS (a esse respeito, destacar um detalhe interessante do Manifesto Comunista);

-de ala esquerda da revolução burguesa à condição de ala esquerda da revolução anti-imperialista e anticolonial;

-a revolução chinesa como outro caso clássico.

#

Diferentes assuntos em debate:

-tendências do desenvolvimento capitalista

-as formações sociais concretas

-as classes e a luta de classes

-o papel da classe trabalhadora

-o tipo de classe trabalhadora (singular e/ou plural)

-o programa e a estratégia da classe trabalhadora

-as formas organizativas

-as visões de reforma, revolução e de socialismo

-natureza nacional ou mundial

-socialismo e comunismo

-tradução disso em diferentes perspectivas ideológicas e teóricas

#

-um dos temas em debate é o da “economia política da transição socialista”

-até 1917, tirante a Comuna, basicamente especulação sobre possíveis tendências

-depois de 1917, experiências práticas e sua expressão contraditória no terreno teórico

-obra do Lenin

-leitura e análise crítica de Preobazhenski, “A Nova Econômica”.⁹

-Problemas Econômicos do Socialismo na URSS de Stálin (fevereiro de 1952)

-a crítica de Mao

Sobre os “Problemas Econômicos do Socialismo na URSS” de Stalin

Mao Tse-Tung

Novembro de 1958

*“Este texto é o resumo de um importante discurso do presidente Mao em Cheghchow pronunciado a meados de novembro de 1958; se refere aos Problemas econômicos do socialismo na URSS”.*¹⁰

#

-China como segundo caso clássico

-história da China pré-1911

9 PREOBRAJENSKI, E. A. A Nova Econômica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

10 Fonte: https://pensaryhacer.files.wordpress.com/2008/06/acerca_de_los_problemas_del_socialismo_en_la_urss.pdf

- história da China entre 1911 e 1949
- o lugar do PCCh
- o lugar de Mao
- os dois caminhos: forças produtivas ou relações de produção?
- a Grande Revolução Cultural Proletária
- as reformas de 1978
- o lugar de Deng
- a crise de 1989
- de 1989 a 2008
- de 2008 a 2023
- o lugar de Xi
- #
- o debate sobre a transição socialista na Iugoslávia
- o debate sobre a transição socialista em Cuba
- o debate sobre a transição socialista no Vietnã
- o debate sobre o Chile
- o debate atual sobre a transição socialista

O que significa ser internacionalista hoje?¹¹

Outubro de 2016

Há várias maneiras de responder a pergunta do título. Minha resposta parte de uma análise das grandes variáveis que determinam a atual situação internacional.

Em primeiro lugar, um extenso predomínio das relações capitalistas de produção e circulação. Comparado com outros períodos da história, vivemos naquele onde o capitalismo é mais predominante.

A situação internacional é marcada, em segundo lugar, por uma crise do capitalismo. Em comparação com outras crises, a iniciada em 2007-2008 tem as seguintes características: a) é uma crise clássica de acumulação, revelando impasses estruturais no processo de valorização do Capital; b) é uma crise de múltiplas dimensões: militar, política, social,

11 POMAR, Valter. L'internationalisme au défi de la mondialisation. *La revue internationale et stratégique*, France, n.102 : 2/2016, juin 2016.

ideológica, financeira, comercial, ambiental; c) atinge de maneira diferenciada os setores, regiões e países; d) tem como epicentro a região do capitalismo central, a saber, Estados Unidos, a Europa e o Japão.

Em terceiro lugar, a intensificação dos conflitos intercapitalistas. No plano interno aos países ou no plano internacional, isto implica em redistribuição do poder entre os diferentes Estados e setores sociais.

A situação internacional é marcada, em quarto lugar, pelo declínio da hegemonia dos Estados Unidos, bem como pelas tentativas que os EUA fazem para tentar reverter este declínio. Isto é acompanhado pelo esgotamento da “capacidade de governança” das chamadas instituições de Bretton Woods: a ONU e seu Conselho de Segurança, o FMI e o Banco Mundial, a mais recente Organização Mundial do Comércio.

Uma quinta característica é a busca que outros Estados fazem para estabelecer uma nova hegemonia, de tipo análogo ou diverso daquela liderada pelos Estados Unidos e seus aliados.

Uma sexta característica, resultante das anteriores, é a proliferação de blocos, instituições e alianças com finalidades essencialmente defensivas. Fenômeno que esteve presente em outros momentos da história, a começar pelos que precederam as duas grandes guerras mundiais.

Este conjunto de características (ou variáveis)

aponta para um período mais ou menos prolongado de instabilidade internacional, bem como para o surgimento de “soluções” intermediárias, temporárias e ineficazes.

A instabilidade faz com que seja ao mesmo tempo urgente e difícil a construção de alternativas: o velho padrão não funciona adequadamente, mas continua forte; novos padrões estão surgindo, mas ainda não conseguem firmar.

No terreno estrito das políticas econômicas, isto gera uma situação paradoxal: fortes discursos em favor de uma mudança profunda, acompanhadas de terapias minimalistas que fazem correções marginais no *modus operandi* dos chamados mercados. Como resultado, a crise adquire um caráter crônico, prolongado e com efeitos degenerativos no terreno ideológico, político e militar.

No curto e médio prazos, a instabilidade está vinculada à crise do capitalismo e ao declínio da hegemonia estadunidense. Mas no longo prazo, corresponde à crescente contradição entre a “globalização” da sociedade humana versus o caráter limitado das instituições políticas nacionais e internacionais.

Dito de outra forma: a humanidade está frente a desafios cada vez mais globais, mas não dispõe de instituições à altura destes problemas.

O problema possui diferentes dimensões, entre as quais uma que pode ser expressa através de equação antiga, mas que continua válida: o

desenvolvimento das forças produtivas está em contradição com as relações de produção.

A história da humanidade é a história do desenvolvimento das forças produtivas. Nos últimos 250 anos – pouco tempo, do ponto de vista da história da humanidade – o conhecimento aplicado, as ciências, as tecnologias, a capacidade de transformar a natureza, atingiram patamares impressionantes.

As fronteiras do conhecido e daquilo que há por conhecer se expandiram a tal ponto, que hoje existe solução para praticamente todos os grandes problemas que assombraram a humanidade desde os primórdios.

Entretanto, grande parte da humanidade continua vítima do flagelo da fome, da falta de habitação, de saneamento, vítima de doenças tratáveis e assim por diante. Mais que isto: a desigualdade e seus efeitos cresceram durante a mais recente “globalização”.

A que se deve isto? Por quais motivos o “estoque” de conhecimentos disponível não é aplicado para solucionar os problemas enfrentados pela maior parte da humanidade?

Não existe segredo algum acerca da razão de fundo: inadequação às motivações profundas dos Estados e da classe dominante.

Como resultado, o próprio desenvolvimento sofre crescentes limitações, expressas seja nas baixas taxas de crescimento quanto nos *crescentes estoques*

de saber que não se convertem em conhecimento aplicado, produtivamente útil.

Nada disto é um fenômeno novo. Desde o *Manifesto Comunista* até o *Imperialismo, etapa superior do capitalismo* difundiu-se ampla literatura denunciadora do preço que a humanidade paga pela continuidade das relações capitalistas de produção, ou seja, pela subordinação do conjunto da sociedade aos imperativos da reprodução ampliada do capital.

Preço em triplo sentido: no prolongamento de problemas solucionáveis, no desperdício de possibilidades e nos riscos à sobrevivência coletiva. Entre os desperdícios, destaque-se o fato de centenas de milhões de pessoas serem mantidas à margem do processo de produção.

Entretanto, há uma grande diferença entre a percepção intelectual de um problema e a construção das condições objetivas e subjetivas necessárias para resolvê-lo.

O tipo de imperialismo contemporâneo de Lenin não foi o “último momento” da vida do capitalismo, que sobrevive até os dias de hoje, mais forte do que era. Mas sob que condições o capitalismo sobreviveu?

O que ocorreu em seguida à publicação de *Imperialismo, etapa superior*¹² (1916) foram três décadas de crises econômicas, sociais e políticas, inclusive duas guerras mundiais e diversas revoluções que levaram partidos de esquerda ao poder.

12 LENIN, V.I. *Imperialismo – Fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1979

Após a Segunda Guerra, tivemos um processo de descolonização (especialmente na Ásia e África), desenvolvimentismo (especialmente na América Latina), bem-estar social (basicamente na Europa) e expansão do chamado campo socialista.

Paradoxalmente, a existência de um “campo socialista” - articulado, de diferentes maneiras, com a descolonização, o desenvolvimentismo e o bem-estar social - ajudou a criar as condições para o surgimento de mecanismos de cooperação intercapitalista.

A condição fundamental para a estabilidade desta aliança interimperialista foi a existência de uma ameaça socialista, real ou suposta. Por este motivo, a “paz” proporcionada pela disputa entre “campo socialista” e “campo capitalista” era, em boa medida, assegurada pelas possibilidades de destruição mútua e acompanhada por violentos conflitos militares, especialmente na Ásia e na África.

Apesar de atípico, o intenso desenvolvimento capitalista ocorrido desde o final da Segunda Guerra preparou o terreno para a crise dos anos 1970. A era neoliberal é filha inesperada do casamento entre as políticas inspiradas em Keynes com a moderação das forças anticapitalistas dos países centrais, indispostas ou incapazes de aproveitar aquela crise para tentar iniciar um novo ciclo de transformações socialistas.

Entre 1970 e 1990, o capitalismo dos países centrais venceu a batalha contra o “campo socia-

lista”, contra os “desenvolvimentistas”, contra a “social-democracia” e contra os “nacionalismos revolucionários”.

Os anos 1990 começaram, portanto, assistindo ao triunfo do neoliberalismo, da “financeirização” e da hegemonia dos Estados Unidos. Do ponto de vista ideológico, a palavra-chave era “globalização”.

A Guerra do Golfo (1991) foi um sinal de que a aliança interimperialista encabeçada pelos EUA, sob pretexto de combater o campo socialista liderado pela URSS, parecia estar se transformando numa hegemonia unilateral dos Estados Unidos sobre todo o mundo, inclusive sobre os demais estados capitalistas centrais.

Mas, em algum ponto entre o levante zapatista de 1º de janeiro de 1994 e o atentado de 11 de setembro de 2001, ficou claro que a nova ordem seria o caos: a instabilidade tornou-se uma das principais características da nova fase da história mundial.

Décadas de neoliberalismo resultaram na crise internacional de 2007-2008, cujos desdobramentos ainda estão em curso. Crise frente a qual as forças anticapitalistas reagem lentamente, em parte por ainda estarem lambendo as feridas abertas no período anterior.

A crise do socialismo de tipo soviético estimulou fortes mudanças no pensamento político e ideológico da maior parte da esquerda. Algumas destas mudanças já vinham se acumulando de antes, como

resultado de uma análise que se fazia desde os anos 1950 acerca dos limites do socialismo soviético e da social-democracia, bem como da estratégia proposta pelos partidos comunistas e socialistas.

Não foram mudanças uniformes, até porque a esquerda não é nem nunca foi homogênea: representa diferentes realidades nacionais, diferentes setores sociais e expressa diferentes visões político-ideológicas.

Qual foi o sentido predominante das mudanças no pensamento da esquerda, sob o efeito da crise do socialismo de tipo soviético?

Cresceu o questionamento acerca do papel protagonista da classe trabalhadora e, de maneira mais ampla, acerca do papel das classes e da luta de classes no funcionamento e na transformação da sociedade.

Cresceu também o questionamento acerca do papel dos sindicatos e dos partidos políticos, bem como do significado mesmo dos conceitos de “esquerda” e de “vanguarda”.

Houve uma progressiva substituição do socialismo e do comunismo, pelo objetivo mais modesto de alcançar o bem estar social nos marcos do capitalismo.

Derivado disto, a “revolução política e social” foi sendo deixada de lado em favor da promoção de políticas públicas a serem implantadas por governos eleitos nos marcos de democracias eleitorais.

As grandes interpretações e narrativas típicas da tradição marxista foram sendo progressivamente substituídas, ou por visões tradicionalmente vinculadas à tradição liberal-democrática e a conservadora, ou por discursos fragmentários cuja matriz de fundo era um irracionalismo intelectual de tipo religioso.

Tais mudanças ideológicas devem ser vistas no contexto de um processo mais amplo, que alterou as condições objetivas e subjetivas em que vive e atua tanto a classe trabalhadora quanto a militância de esquerda.

Entre estas alterações, destacam-se: 1) a destruição e fragmentação do parque produtivo e a conseqüente redução, dispersão e fragmentação da classe trabalhadora assalariada, seja de sua fração industrial, seja de seus setores comerciais e de serviços; 2) a constituição de uma imensa massa humana que não encontra opções para vender sua força de trabalho, sendo muitas vezes obrigada a sobreviver de expedientes miseráveis e antissociais; 3) a cooptação de parcelas melhor remuneradas da classe trabalhadora, inclusive de amplos setores da intelectualidade profissional (professores, comunicadores, artistas) pelo modo de vida e pensamento neoliberal; 4) a renovação geracional da classe trabalhadora, num contexto de enfraquecimento da consciência e da solidariedade de classe; 5) e, ironicamente, a extensão da democracia liberal a grandes regiões do mundo, o que na

prática quis dizer a americanização da política e a domesticação de parte das esquerdas.

Em resumo, a *débâcle* do socialismo de tipo soviético abriu um período de defensiva estratégica para as forças anticapitalistas. Inclusive para aquelas que nunca compartilharam o socialismo de tipo soviético ou que dele distanciaram-se em algum momento, como é o caso do Partido Comunista da China.

Se o Partido Operário Social-Democrata Russo (apelidado de bolchevique e, em 1918, renomeado Partido Comunista) soube ser heterodoxo frente aos seus congêneres europeus, os comunistas chineses souberam ser heterodoxos diante de muitas das orientações da chamada III Internacional.

Integraram de maneira consistente a teoria do imperialismo, a questão colonial, a autodeterminação dos povos e a luta pelo socialismo. Construíram uma engenhosa fórmula que fazia do campesinato força principal da revolução, mas preservando o “papel dirigente do proletariado”, na prática encarnado no próprio Partido. Inviabilizada a cópia da insurreição urbana de tipo russo, aplicaram uma estratégia de “cerco da cidade pelo campo”, apoiado numa “guerra popular prolongada”. E através da fórmula da “Nova Democracia”, buscaram construir uma ponte de longo curso entre o atraso econômico chinês e o projeto comunista que animava a direção revolucionária.

Sessenta anos depois, seguem visíveis os três pilares desta ponte: a defesa da soberania nacional,

a modernização econômica capitaneada pelo Estado e a atenta consideração dos interesses do campesinato.

Aliás, será em grande medida a radicalização dos camponeses pobres (sem os quais a revolução não teria vencido) que explica os zigue-zagues que marcaram os primeiros 30 anos do poder instalado em 1949. O “grande salto adiante” e a “revolução cultural proletária” expressavam, em essência, a vontade de ultrapassar o capitalismo, lançando mão do voluntarismo ideológico e apoiando-se em forças produtivas muito atrasadas. Este socialismo camponês (ou pequeno-burguês, ou populista) fracassou em grande medida por não ter sido capaz de oferecer senão um igualitarismo na pobreza.

As reformas chinesas iniciadas em 1978 (de maneira similar à Nova Política Econômica soviética implementada nos anos 1920) representaram, por sua vez, a reafirmação de um aspecto central da tradição marxista: a ideia de que um modo de produção só desaparece quando desenvolve todas as forças produtivas que é capaz de conter. Noutras palavras: só é possível superar o capitalismo, desenvolvendo-o. O que, aliás, corresponde à aceção hegeliana do termo “superação”.

Do ponto de vista teórico, o conceito de socialismo enquanto transição ao comunismo é totalmente compatível com a existência, mesmo que por um longo período, da propriedade privada, de mercado e de relações capitalistas de produção.

Mas é fato que, para os marxistas do século XIX, a transição seria temporalmente curta, uma vez que teria início nos países capitalistas avançados; ou, pelo menos, contaria com o apoio destes (tal era a expectativa dos bolcheviques ao tomar o poder em 1917).

A ideia de uma transição “curta” perde sentido, entretanto, quando o ponto de partida é uma sociedade essencialmente pré-capitalista, fazendo com que o Estado produto da revolução seja obrigado não apenas a controlar, mas destacadamente a estimular a exploração capitalista da força de trabalho, como meio para aumentar a riqueza social e a produtividade média.

Deste ponto de vista, podemos dizer que os comunistas chineses respeitam a tradição marxista clássica, quando sustentam que estão ainda na “fase inicial do socialismo”, que esta fase durará muito tempo e que seu objetivo nesta fase é o de construir uma sociedade “modestamente acomodada”.

Entretanto, o sucesso (nos seus próprios termos) do “socialismo de mercado” chinês criou um excesso relativo de capitais. Ao exportar estes capitais, o Estado chinês torna-se participante ativo da disputa global por mercados, matérias-primas, valorização do Capital e áreas de influência. Será possível participar desta disputa, sem causar as mesmas consequências e incorrer nos mesmos comportamentos dos países imperialistas?

Do ponto de vista externo, o principal é perceber

o vínculo direto entre os sucessos da China, a aceleração da expansão capitalista nos anos 1990 e a crise atual. É como se, um século depois do eixo do movimento socialista ter se deslocado a Leste, o mesmo estivesse ocorrendo no âmbito do capitalismo.

Do ponto de vista interno, em que medida o Estado chinês conseguirá administrar as tensões decorrentes deste espetacular crescimento? E quais as chances de rompimento no equilíbrio entre as classes sociais chinesas, que lance o país em um novo período de grandes conflitos sociais?

Frente à crise de 2007-2008, a China adotou um conjunto de medidas, entre as quais um giro para o mercado interno, o fortalecimento de seu entorno e a exportação de capitais. O que farão, especialmente diante desta terceira medida, os Estados capitalistas ocidentais?

Assistirão passivamente o declínio de sua hegemonia ou buscarão deter e reverter o processo? Que consequências resultarão daí?

Não há respostas definitivas para estas questões. No limite, o que vai ocorrer depende do balanço mutável entre forças econômicas, sociais e políticas que estão em operação neste exato momento.

Há uma tendência de agravamento das tensões internacionais, inclusive no plano militar. Frente a isto, a China vai prosseguir reforçando a segurança de seu entorno, evitando a todo custo qualquer atitude ofensiva. As ameaças externas contribuirão para reforçar a hegemonia do Partido Comunista sobre

a população chinesa. Movimentos contra-hegemônicos só terão importância, se mudar a percepção social segundo a qual o país está prosperando. A novidade pode surgir a partir dos movimentos pela redistribuição das riquezas criadas. Apesar dos enormes problemas práticos envolvidos, a verdade é que o Estado chinês segue dando mostras de enorme capacidade política e gerencial para lidar com tais tensões internas. Noutras palavras, parece haver margem de manobra suficiente para administrar as tensões e evitar a abertura de um período de grandes conflitos sociais, que reduziria ou mesmo ameaçaria a atuação internacional do Estado chinês.

Por isto mesmo, a China constitui um desafio enorme para os estrategistas de longo prazo dos Estados capitalistas centrais. Não por constituir um “modelo alternativo” ao capitalismo anglo-saxão ou ao capitalismo em geral, até porque esta noção de “modelo alternativo” está muito desmoralizada, por inaplicável. A China constitui um desafio por se constituir num polo autônomo de poder, frente aos quais os modelos herdados da “Guerra Fria” não são aplicáveis (embora ajudem a compreender movimentos de parte a parte, na linha de recriar um “bilateralismo”).

A China também se constitui num desafio político e teórico importante para os setores progressistas e de esquerda. Independente da opinião que cada qual tenha sobre as qualidades do “socialismo de

mercado” para a sociedade chinesa, sua projeção externa é extremamente contraditória.

A China é uma grande potência, com interesses a defender, plano em que todos os gatos parecem ser pardos. O que acaba enfatizando mais o “mercado” do que o “socialismo”, o que também ajuda a explicar por que o “modelo chinês” não é percebido como uma alternativa estrutural e estratégica ao capitalismo em geral.

Até agora buscamos identificar as principais variáveis da atual situação internacional, aqueles elementos que determinam os demais. Naturalmente, existem outras tentativas de síntese.

Para nós, o fundamental é perceber que o predomínio do capitalismo gerou um cenário mundial de instabilidade, crise, guerras, revoltas e busca de alternativas, disputas de longo curso travadas em planos distintos porém articulados: a) a disputa no interior de cada país; b) a competição entre os diferentes estados e blocos regionais.

É exatamente neste ponto que o internacionalismo torna-se parte da análise. O desenvolvimento desigual e combinado faz com que não haja simetria perfeita entre os interesses de classe, de país para país, de região para região. Os interesses do conjunto da humanidade dependem, em última análise, da cooperação entre as classes trabalhadoras de diferentes países do mundo. Mas o grau de compreensão disto, e a capacidade de converter esta compreensão em políticas concretas, é mediada

por condições históricas que fazem amplos setores da classe trabalhadora de determinados países e regiões se subordinarem aos interesses de sua respectiva classe dominante.

Por este motivo, até onde a vista alcança não existirá, como aliás nunca existiu, uma única maneira de ser internacionalista.

Desenhando uma viagem



O que é que se pode fazer,
quando se está a 10.000 (dez
mil pés) de altura, dentro de
um avião voando a 550 km por hora?



MAS...

E... SE NÃO TIVER PARAQUEDAS?

E... SE ESTIVER MUITO FRIO LA FORA?

E... SE NÃO TIVER NINGUÉM NA CADEIRA DO LADO?

PIOR...

E SE VOCE ESQUECEU DE TRAZER UM LIVRO

E SE VOCE JÁ LEU AS REVISTAS

JÁ COMEU A COMIDA

JÁ TOMOU ÁGUA

JÁ VIU O FILME EM CHINÊS

E NÃO AGUENTA MAIS OUVIR MÚSICA COM

FONE DE

OUVIDO?

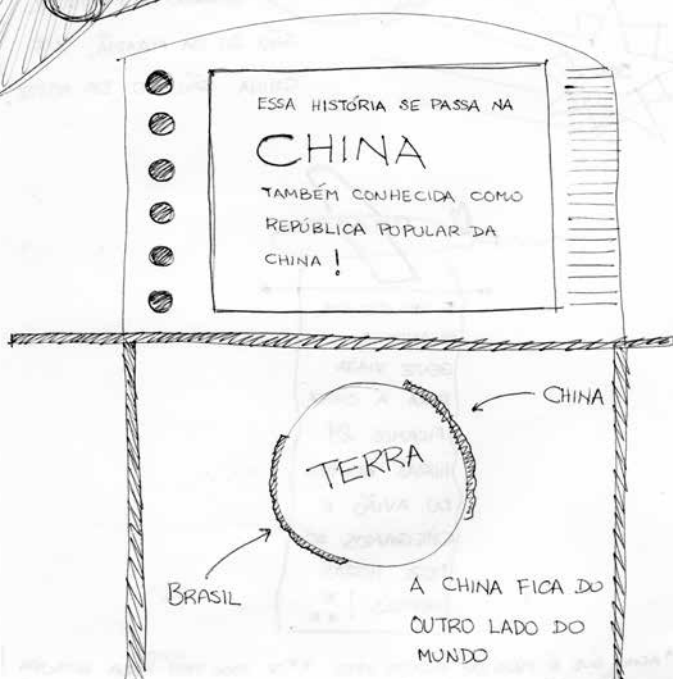


O JEITO, NESSA HORA, É CHAMAR O



SUPER

CONTADOR
DE HISTÓRIAS





*ACHO QUE É MAIS OU MENOS ISTO **SE VOCE FOR PELA EUROPA !

A CHINA É
MAIS OU MENOS
ASSIM.



A CAPITAL DA
CHINA CHAMA-SE
PEQUIM. MAS
O NOME EM
CHINÊS É

BEIJING

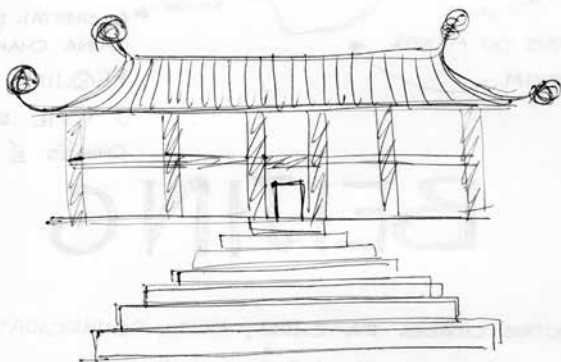
OUTRAS CIDADES DA CHINA, MUITO CONHECIDAS
NO BRASIL, SÃO



XIAN
GUANZHOU
SHANGAI
HONG-KONG
MACAU



AO TODO TEM MAIS (BEM MAIS) DE 1
BILHÃO DE CHINESES NA CHINA (SEM
CONTAR OS QUE MORAM FORA DA CHINA)



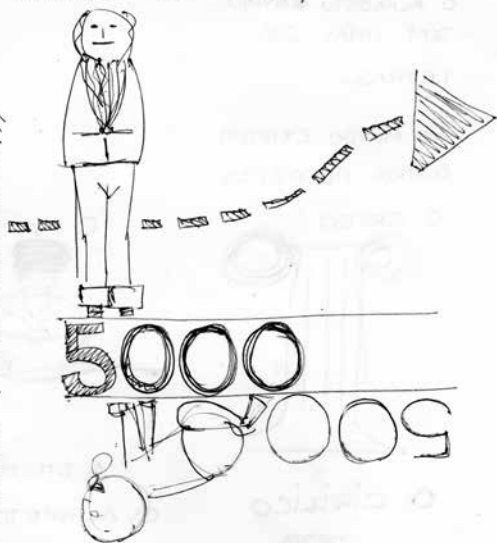
IMAGINA SÓ A TRABALHEIRA
QUE DÁ ARRUMAR CASA,
COMIDA, ROUPA, SAPATO
E ESCOLA PARA TANTO
CHINÊS



五
千
年

ALÉM DE TER UMA HISTÓRIA TÃO
COMPRIDA (DEZ VEZES MAIOR DO QUE A
NOSSA), A CHINA TAMBÉM TEM UM
ALFABETO MAIOR (3000 CARACTERES!!)

OUTRA COISA IMPORTANTE DE SABER
SOBRE A CHINA É QUE ELAS
TEM MAIS DE 5 MIL ANOS DE
HISTÓRIA. PARA COMPARAR: O
BRASIL TEM 500!



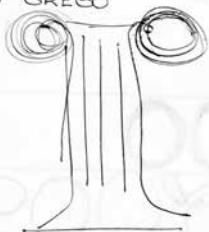
VAMOS EXPLICAR ISSO DIREITO



- O ALFABETO LATINO TEM UMAS 26 LETRAS.

NO MUNDO EXISTEM OUTROS ALFABETOS:

O GREGO



O CIRÍLICO

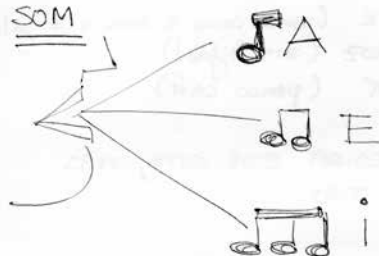


O ÁRABE



A DIFERENÇA ENTRE OS ALFABETOS PODE ESTAR NO DESENHO DAS LETRAS OU NO QUE ELAS SIGNIFICAM.

NÓ ALFABETO LATINO, UMA LETRA EXPRESSA
UM SOM



JÁ NO ALFABETO CHINÊS, UMA
LETRA EXPRESSA UMA IDÉIA



POR ISSO, O
NOME CERTO
PARA AS LETRAS DO
ALFABETO CHINÊS É
CARACTERE OU
IDEOGRAMA

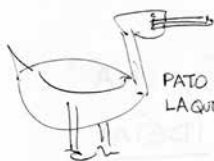
OUTRA COISA DIFERENTE
NA CHINA É A COMIDA:

MUITO PEIXE (pouca carne de vaca e de galinha)

MUITO ARROZ (sem feijão!)

MUITO CHÁ (pouco café)

E MUITA COISA ESQUISITA, MAS
GOSTOSA, TIPO:



PATO
LAQUEADO ...

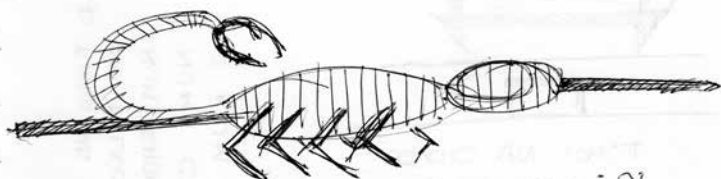


ALGAS ...

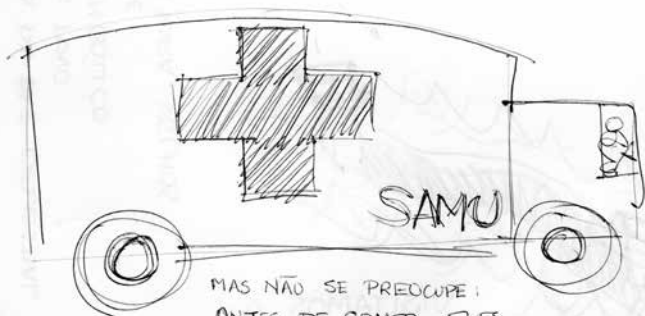


E COMER DE PALITINHO
(E MUITO SHOYO DE TEMPERO)

TEM OUTRAS COISAS MAIS
ESQUISITAS, QUE EU NÃO
TIVE CORAGEM DE COMER,
TIPO

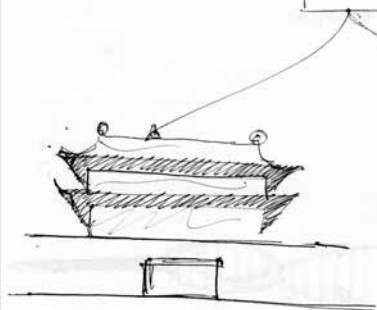


ESPETINHO DE ESCORPIÃO



MAS NÃO SE PREOCUPE:
ANTES DE COMER, ELES
MATAM O ESCORPIÃO...

A PRIMEIRA CIDADE QUE VISITAMOS
NA CHINA FOI **BEIJING**



FOMOS NA CIDADE
PROIBIDA

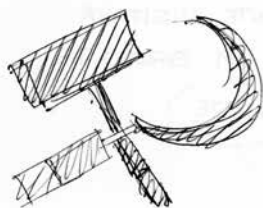


VISITAMOS A
GRANDE
MURA LHA

◊ FOMOS NA PRAÇA DA PAZ CELESTIAL
NO PALÁCIO DO POVO
NUM SHOW MONGÓLICO
NUMA CRECHE
E NUM ASILO PARA VELHOS

CADA VEZ QUE A GENTE VISITAVA
UM LUGAR, JUNTO IA UM GRUPO DE
CHINESES COM A GENTE





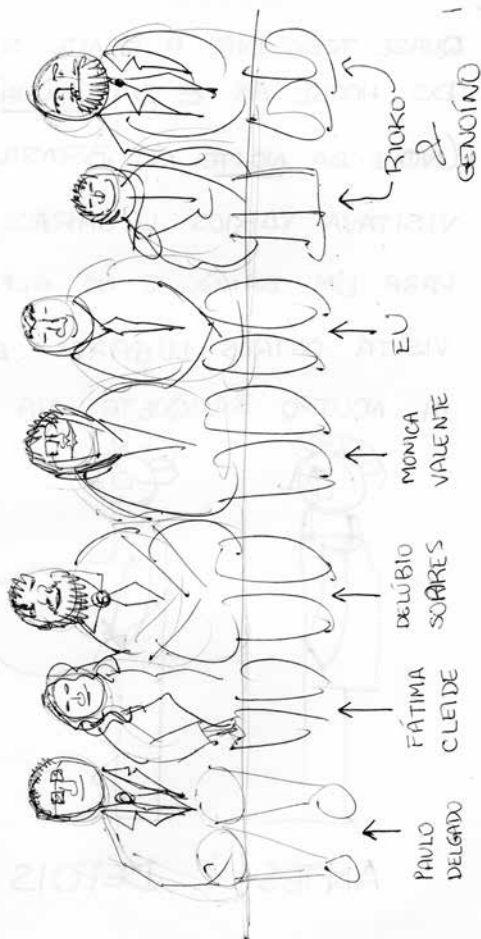
O PARTIDO COMUNISTA
DA CHINA FOI CRIADO
EM 1921.

EM 1949 O PARTIDO
COMUNISTA TOMOU O
PODER E GOVERNA
A CHINA ATÉ HOJE.

ESTE ANO, O PT E O PC DA CHINA
ASSINARAM UM "TRATADO" DE COOPERAÇÃO
ENTRE OS DOIS PARTIDOS.



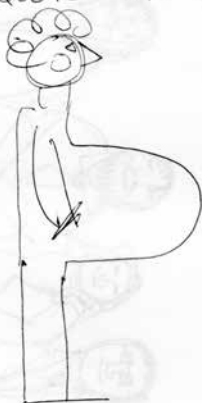
ESTA FOI A DELEGAÇÃO
DO PT NA CHINA.



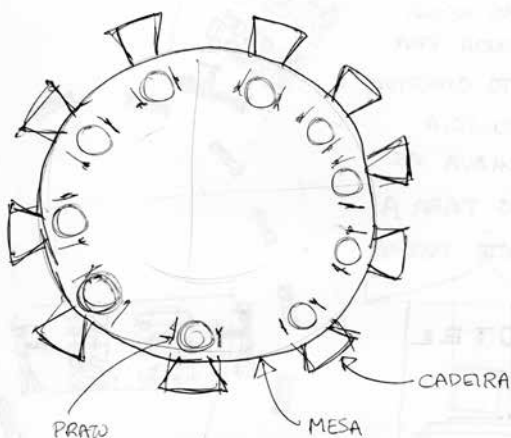
QUASE TODO DIA, A GENTE SAIA
DO HOTEL AS 8 DA MANHÃ
(NOVE DA NOITE NO BRASIL),
VISITAVA VÁRIOS LUGARES, IA
PARA UM BANQUETE NO ALMOÇO,
VISITA OUTROS LUGARES E
IA NOUTRO BANQUETE NA JANTA



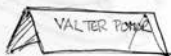
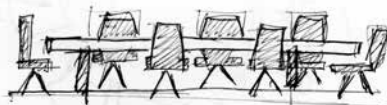
ANTES



DEPOIS

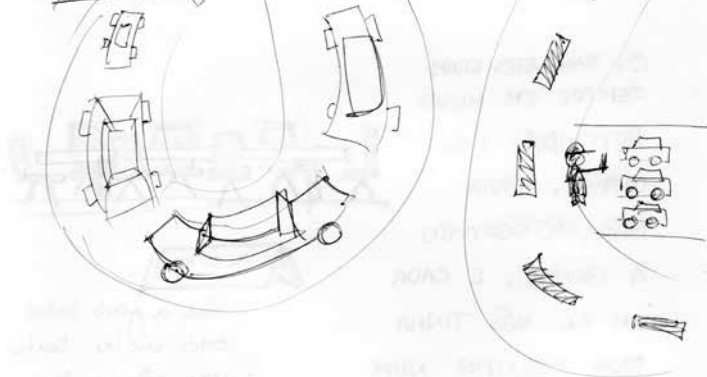


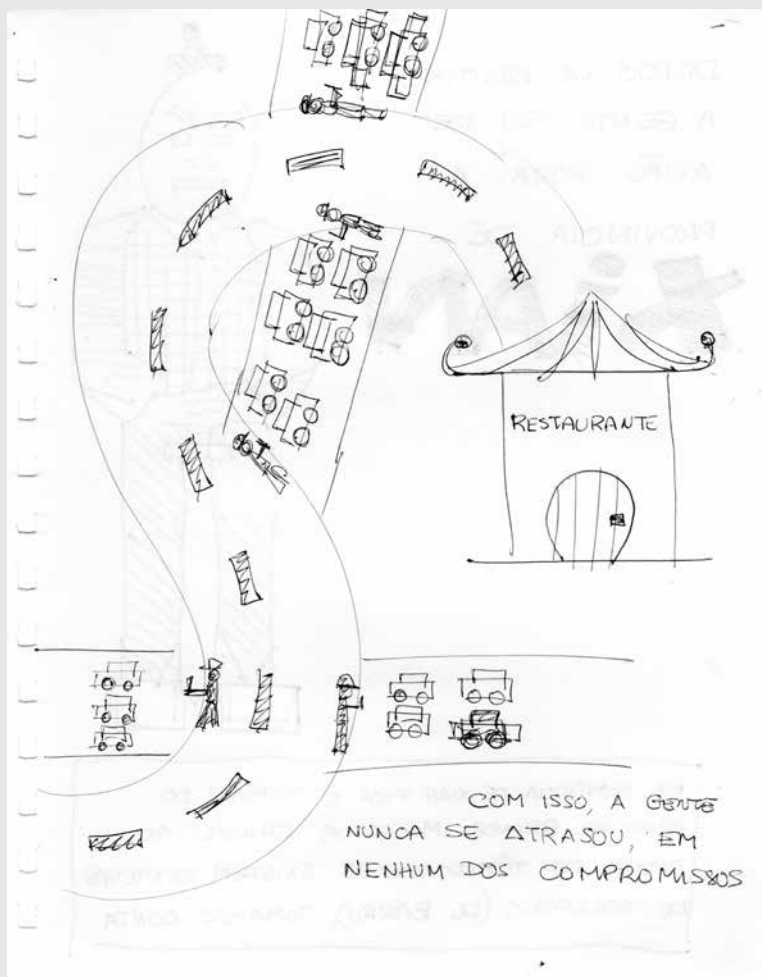
OS BANQUETES ERAM
SEMPRE EM MESAS
REDONDAS (OU
OVAIS). HAVIA
GARÇONS SERVINDO
A GENTE. E CADA
UM DE NÓS TINHA
QUE SENTAR NUM
LUGAR PRÉ-DETERMINADO



Para a gente saber
onde sentar, tinha
uma plaquinha
com o nome da
gente.

COMO NOSSA
AGENDA ERA
MUITO CORRIDA,
A POLÍCIA
FECHAVA AS
RUAS PARA A
GENTE PASSAR





DEPOIS DE BEIJING,
A GENTE FOI DE
AVIÃO PARA A
PROVINCIA DE

XIAN



NA PROVÍNCIA DE XIAN FICA O TÚMULO DO
PRIMEIRO GRANDE IMPERADOR CHINES. AO
REDOR DO TÚMULO ~~DELE~~ EXISTEM CENTENAS
DE SOLDADOS (DE BARRO), TOMANDO CONTA

TAMBÉM EM XIAN NÓS
FOMOS NUM MUSEU
MUITO BONITO ;
NUMA ACADEMIA E
MUSEU DE KUNG
FU; E VIMOS UM
ESPETÁCULO SOBRE
A DINASTIA

TANG



NESSA
MUSEU,
NÓS VIMOS QUE
OS CHINESES
ADORAM CAVALOS,
DRAGÕES E
LEÕES HÁ
MUITO
TEMPO !

AO R FALAR EM DINASTIAS,
A CHINA TEVE:

A TANG

A SONG (960~1279)

A YUAN (1271~1368)

A MING (1368-1644)

~~A~~ QING (1644-1911)

→ EM 1911 FOI
PROCLAMADA A
REPÚBLICA, ATITUDE
GERALMENTE VINCULA
AO DR.

SUN YAT SEN

ALFA DE QUE UMA HISTÓRIA TÃO COMPLEXA (ELE VEM NAÍDE DO GÁS A ÁGUA), A CHINA TAMBÉM TEM UM ALFABETO MAIOR (3000 CARACTERES!!)

OUTRA COISA IMPORTANTE DE SABER SOBRE A CHINA É QUE ELAS TEM MAIS DE 5 MIL ANOS DE HISTÓRIA. PARA COMPARAR: O BRASIL TEM 500!

VAMOS EXPLICAR ISSO DIREITO

O ALFABETO LATINO TEM UMAS 26 LETRAS.

NÃO PUNDO EXISTIR OUTROS ALFABETOS. O GREGO

O CIRILICO

O ARABICO

A DIFERENÇA ENTRE OS ALFABETOS PODE ESTAR NO DESEJO DAS LETRAS OU NO QUE ELAS SIGNIFICAM.

NÓ ALFABETO LATINO, UMA LETRA EXPRESSA UM SOM

JA NO ALFABETO CHINÊS, UMA LETRA EXPRESSA UMA IDÉIA

POR ISSO O NOME CORTO PARA AS LETRAS DO ALFABETO CHINÊS É CARACTERE OU IDEOGRAMA

OUTRA COISA DIFERENTE NA CHINA É A COMIDA

MUITO PEIXE (porque tem o rio e o mar)

MUITO ARROZ (tem água)

MUITO CARNE (porque tem)

E MUITA COISA ESQUISITA, MAS GOSTOSA, TIPO:

FRIO LAZARDO...

ALUGA...

E COMER DE TOUTINHO (E MUITO SHOW DE TEMPERO)

TEM OUTRAS COISAS MÃS ESQUISITAS, QUE EU NÃO TIVE CORAGEM DE BOMER, TIPO

ESPETINHO DE ESCORPIÃO

SAMU

MAS NÃO SE PREOCUPE, ENTÃO DE COMER, ELAS MATAM O ESCORPIÃO...

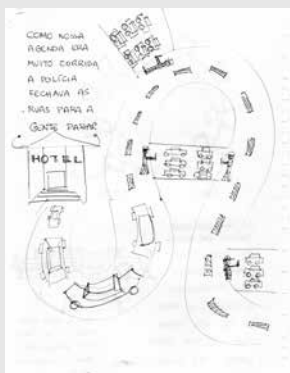
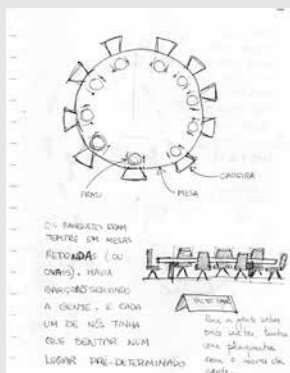
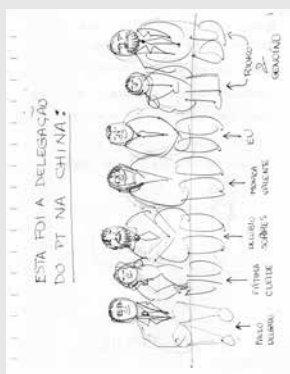
A PRIMEIRA CIDADE QUE VISITAMOS NA CHINA FOI BEIJING

É COMO NA PRACA DA PÁZ ORIENTAL, NA PRACA DO Povo, NA CHINA

TEMOS A CIDADE PROIBIDA

É MUITO ALTO PARA ELAS

VISITAMOS A GRANDE MURALHA





ANEXOS

Anexo I, Texto de Zhou Enlai, de novembro de 1928, intitulado “Eliminar Resolutamente do Partido toda Ideologia não Proletária”

Camaradas, é certo que muitas das ideias incorretas a respeito da linha política do Partido são reflexo das circunstâncias objetivas, mas não é menos que uma das causas mais importantes de sua existência consiste em que as organizações do Partido não se bolchevizaram ainda, e que são notadas no Partido numerosas manifestações da ideologia não proletária. Como o Partido Comunista da China foi fundado depois do Movimento de 4 de Maio, em um momento em que não existia nenhum outro partido político revolucionário, sendo o Kuomintang simplesmente um bloco de burocratas e políticos, entraram em nosso Partido numerosos elementos radicais da pequena burguesia, mesmo elementos burgueses. E sobre todo o período da cooperação entre o Kuomintang e o Partido Comunista, ingressaram nas fileiras deste último uma

grande massa de elementos pequeno burgueses. Em consequência, nada mais para alterar a situação da revolução, muitos membros do Partido vacilaram e tomaram uma atitude passiva, traíram abertamente o Partido entregando-se ao inimigo e vendendo aqueles que haviam sido seus camaradas. Após a Reunião de 7 de Agosto se formulou o lema de “renovar o Partido”, sob a qual foram expulsos do Partido decididamente todos os elementos vacilantes e reestruturaram os órgãos dirigentes, o que permitiu reforçar, de forma paulatina, a posição da ideologia proletária no seio do Partido. Mas, até hoje, as organizações do Partido carecem de uma sólida base proletária e se notam nelas ainda muitas manifestações da ideologia pequeno burguesa. Particularmente, devido a que, na composição de classe do Partido, os militantes de origem camponesa representam pelo menos 75%, é oferecido um terreno adubado para uma ampla difusão da ideologia pequeno burguesa. Com a finalidade de realizar a bolchevização do Partido, é necessário, antes de tudo, fortalecer sua base proletária e, ao mesmo tempo, continuar renovando suas organizações e combater com maior firmeza a ideologia pequeno burguesa. Por conseguinte, logo depois de examinar nossa linha política, devemos fazer uma minuciosa revisão dos erros relacionados com os conceitos de organização.

Primeiro, tendência ao ultrademocratismo. Antes, no organizativo existia uma forma de

“patriarcalismo” caracterizada pela obediência mecânica dos militantes de nossas fileiras às ordens ditadas pelos organismos dirigentes do Partido e das organizações inferiores às superiores, e pela ausência de toda vivacidade no interior do Partido. Agora, como chegou o momento de renovação do Partido, muitos lugares passaram para o ultrademocratismo. Há membros do Partido que se permitem não cumprir com as decisões deste. As células do Partido não tomam qualquer atitude em exigir explicações aos órgãos superiores do Partido quando estes emitem tal ou qual circular sem submetê-la previamente para a sua aprovação. Há, além disso, militantes que acham que tem o direito de atuar em livre arbítrio, sem qualquer autorização do Partido. Tais ideias ultraliberais pequeno burguesas podem significar a desintegração da organização do Partido e mesmo sua destruição total. Deixa-se sentir também um conceito incorreto do que é igualdade. Por exemplo, no que se refere aos gastos financeiros, se exige uma distribuição rigidamente igualitária sem ter em conta as circunstâncias e a distinta importância do trabalho. Isso reflete ainda mais nitidamente a ideia de propriedade igualitária, própria da mentalidade camponesa, ideia que devemos eliminar com singular rigor.

Segundo, má compreensão da luta contra o oportunismo. Lutar contra o oportunismo supõe principalmente eliminar as linhas oportunistas

tanto no campo político como no organizativo, mas alguns camaradas tendem a lançar ataques pessoais, afrouxando assim a crítica das concepções oportunistas. Como se o oportunismo pudesse ser eliminado apenas levando abaixo a uns poucos indivíduos. Ignoram que o oportunismo tem raízes muito profundas e que não será erradicado através da expulsão de alguns indivíduos. Claro, o Partido não tem outra alternativa a não ser expulsar todos aqueles elementos incorrigíveis com sistemáticas ideias oportunistas, pois apenas assim pode fortalecer-se a si mesmo. Mas, depois de tudo, o principal reside em criticar todas as concepções oportunistas e assegurar que todos os camaradas do Partido tenham uma clara compreensão a respeito. Só então é possível canalizar a linha política do Partido pelo caminho correto. Em quanto a prática de aproveitar-se de algum defeito de outro para exagerá-lo por simples rancor pessoal, é sem dúvidas uma politicagem, algo absolutamente incompatível com um partido proletário.

Terceiro, querelas pessoais. A luta contra o oportunismo e o putchismo é, antes de tudo, sumamente importante no campo político, mas uma vez que a luta política se volta exclusivamente contra um ou outro, surgem certamente disputas pessoais inacabadas. Atacar outra pessoa, ou rejeitar uma crítica por parte dela, ou especular sobre suas razões somente por conta de rixas pessoais, sem examinar seu trabalho e suas posições do ponto

de vista do Partido, criarão uma interminável rixa dentro deste, e isto é uma das piores manifestações da ideologia pequeno burguesa.

Quarto, tendência de fracionismo. No presente momento, as numerosas manifestações de fracionismo no Partido são produto de “amiguismo” ou fidelidades de clã. Uns poucos indivíduos com pretensões de chefia e desejosos de altas posições pessoais abraçam o fracionismo para atacar a outros de cargo igual ou superior; daí o transbordamento de toda classe de práticas desprezíveis e sujas, típicas de politiqueiros e burocratas burgueses. Esta é a mais repugnante tendência que minava o Partido.

Quinto, distanciamento entre trabalhadores e intelectuais. É extremamente errôneo converter a luta contra o oportunismo em uma batalha contra os intelectuais. É certo que destes muitos se mostram vacilantes, mas são também numerosos os que combatem desde a posição do proletariado, enquanto que entre o proletariado existe também um bom número de sujeitos que encontram-se distantes da ideologia proletária e encontram-se infectados pela ideologia pequeno burguesa. Muitos camaradas, ignorantes disto, deixam de lado a luta contra a ideologia pequeno burguesa para lançar ataques exclusivamente contra os indivíduos de origem pequeno burguesa, criando assim um distanciamento entre os trabalhadores e os intelectuais e incrementando as disputas dentro do

Partido. Isso reflete também a ideologia essencialmente pequeno burguesa.

Sexto, ceticismo sobre a linha de renovação do Partido. Se nota que há pouco entusiasmo por admitir novos ativistas, especialmente os que provêm da classe operária. Persistem velhos conceitos de organização que mantêm o Partido sempre sob uma forma de “patriarcalismo” de ordem e nomeação. Na designação de tarefas, se confia unicamente em umas poucas pessoas com quem um está pessoalmente familiarizado e não nos novos ativistas que surgiram da base, especialmente os camaradas operários. Isto conduzirá a uma crescente degeneração do organismo do Partido, a sua carência perene de vitalidade e a sua perpétua impotência para acabar com toda ideologia pequeno burguesa.

Sétimo, formalismo na renovação do Partido. A admissão de operários e camponeses é um método importante para a renovação do Partido. Mas, ao aplicá-lo, muitos organismos do Partido incorrem no formalismo. Se contentam com incorporar mecanicamente uma porcentagem de operários nos órgãos dirigentes. Por acaso isso não resulta em que as coisas sigam sendo monopolizadas pelas mesmas pessoas de antes, ou seja, os intelectuais? Mesmo que tenham ocorridos casos tão absurdos como os de ditadura do secretário em chefia. Este modo de admitir operários e camponeses não possui qualquer sentido.

Oitavo, mentalidade mercenária para a revolução. O partido necessita apenas de um pequeno número de revolucionários profissionais em função de seus assuntos cotidianos. E os membros do Partido que trabalham entre as massas devem prestar serviços ao Partido sem abandonar suas atividades na sociedade, e só assim poderão adentrar-se nas massas. Entretanto, alguns camaradas mantêm uma mentalidade mercenária para com o trabalho. Exigem um pagamento pelo trabalho que efetuam, e não fazem nada se não lhes pagam. Existem quadros de células que também pedem subsídios em busca de uma igual partilha de lucros. Isto é um gravíssimo erro.

Nono, atitude de tomar o Partido como se fosse uma instituição de beneficência. Muitos camaradas encontrando-se na miséria por estarem desempregados e não tem a quem recorrer, apelam ao Partido para que este lhes solucione seus problemas de subsistência. Não compreendem que o Partido não é uma instituição de beneficência e que seu trabalho se realiza principalmente entre as massas e não em seus organismos dirigentes. É absolutamente impossível que cada um tenha atribuído um trabalho nesses organismos. E o que é mais, se os camaradas que não estão em atividade na sociedade não fazem esforços para encontrá-la, ao mesmo tempo em que outros vão abandonando a sua, o Partido se encontrará separado das massas e, em tal caso, como poderá organizar e dirigir estas?

Décimo, passividade no trabalho. Muitos camaradas vacilam em suas convicções, e quando não encontram saída no âmbito político, ou veem disputas no seio do Partido causadas por conflitos pessoais, ou tropeçam com dissensões criadas por fracionistas com sua prática politiquêira, se decepcionam e não querem trabalhar ativamente. Isso é, de qualquer forma, um tipo de pessimismo pequeno burguês. Na realidade, a revolução se desenvolve a cada dia que passa. Sempre que nos adentramos nas massas para compreender seus sentimentos, saberemos nos orientar por um caminho positivo. Em relação ao nosso Partido, que é já um partido com caráter de massas, com tal que todos os camaradas estejam unidos em uma luta resoluto, será absolutamente impossível que um punhado de canalhas obtenham êxito em soterrar nossa organização. A passividade constitui nada mais do que uma tendência à degeneração.

Camaradas, a mencionada ideologia pequeno burguesa prejudica efetivamente, a cada instante, a organização do Partido e entrava seu trabalho. Todos os camaradas devem levar a cabo decididamente uma luta pela sua completa eliminação de nossas fileiras.

Por conta do VI Congresso Nacional do Partido, o Comitê Central aplicará com firmeza as resoluções do Congresso, continuará combatendo energicamente as tendências erradas tais como o oportunismo e o putchismo e, também,

se esforçará para erradicar do Partido todas as manifestações da ideologia pequeno burguesa. No que se refere as disputas no seio do Partido, o Comitê Central se opõe ao método conciliatório de remendos e paliativos e se propõe eliminar decididamente toda ideologia não proletária. Só assim se pode assegurar a unidade de todos os camaradas do Partido na luta conjunta dentro do espírito bolchevique.

Camaradas, o Comitê Central está decidido a continuar renovando a organização do Partido. Combaterá sem misericórdia a tendência de certos camaradas a entregarem-se a disputas pessoais, seja longa ou curta sua militância e bom ou ruim o trabalho que tem realizado. Não permitirá em absoluto que subsista em nosso Partido proletário a mínima manifestação da ideologia pequeno burguesa. O Comitê Central exige que todos os camaradas do Partido tomem para si esta tarefa, lutem unidos e levem a cabo a bolchevização do Partido.

O Comitê Central destaca os seguintes pontos como linha de conduta para todos os camaradas do Partido em sua luta unida.

Primeiro, fortalecer a base proletária do Partido. O fortalecimento da ideologia proletária no Partido pressupõe, antes de tudo, expandir sua base organizativa proletária. Na atualidade, o caminho principal que conduzirá a bolchevização do Partido passa a adentrar-se nos trabalhadores

industriais, estabelecer células bem fortes nas fábricas, aumentar a porcentagem de operários na militância, reforçar preferentemente as organizações do Partido nas zonas industriais de todo o país e dar um novo vigor ao Partido.

Segundo, fomentar discussões políticas no seio do Partido e elevar seu nível político. Os organismos dirigentes do Partido em diversos níveis devem efetuar, na medida do possível, discussões sobre todas as questões políticas do Partido e encorajar os camaradas a expressar plenamente suas opiniões sobre os temas políticos. Ao mesmo tempo, devemos intensificar a educação política no Partido e elevar seu nível teórico. Este é um meio positivo e correto para eliminar a ideologia pequeno burguesa.

Terceiro, ajudar os membros do Partido a buscar um emprego. Os camaradas desempregados devem encontrar um emprego em todos os meios que forem possíveis. Os organismos dirigentes do Partido devem ajudá-los neste sentido. Os que não possuem qualquer habilidade profissional devem aprender e esforçarem-se em particular para entrarem em fábricas como operários. Os camaradas devem ajudar-se mutuamente para encontrar postos de trabalho. Devemos fazer com que os membros do Partido não dependam deste para sua subsistência, que sejam capazes de adentrar-se nas massas e estender a influência do Partido entre elas e que, ao mesmo tempo, possam

transmitir suas opiniões ao Partido de forma correta para que este seja um autêntico partido de massas.

Quarto, melhorar a vida na célula. Somente as células do Partido estão em condições de penetrar no seio das massas para efetuar a agitação e propaganda políticas e organizar estas. Somente elas podem dirigir de forma flexível as lutas diárias. Se os organismos superiores do Partido se limitam a elaborar uns planos abstratos e expedir alguns documentos de propaganda sem que as células do Partido cumpram o papel que lhes correspondem, então o Partido nunca entrará em contato com as massas. Por vida em uma célula não se entende simplesmente realizar reuniões, escutar discursos políticos, pagar cotas para o Partido e só. O mais importante é a discussão dos problemas políticos e o trabalho de localidadeem questão. Trata-se de uma fábrica, um centro docente, um quartel militar, uma aldeia ou um bairro, cada lugar, por pequeno que seja, possui circunstâncias políticas que lhes são próprias e requerem métodos de trabalho que lhes correspondam. Devemos conhecer antes as circunstâncias reais se queremos aplicar corretamente as políticas do Partido. Esta é uma tarefa que envolve todas as células e todos os camaradas. Cumprí-la totalmente é uma condição indispensável para que as células se edifiquem no núcleo das massas e para que cada militante do Partido, seja o dirigente destas.

Zhou Enlai

(5/3/1898–8/1/1976)

É considerado o segundo principal dirigente do Partido Comunista da China, entre 1949 e 1976. Seu nome as vezes é grafado de outras formas, especialmente Zhou Enlai. Militante comunista desde os anos 1920, assumiu diversas tarefas estratégicas, no Partido, no Exército de Libertação e no Estado. O texto “Eliminar resolutamente do Partido toda ideologia não proletária” foi escrito quando o Partido vivia uma grande crise¹³. As Notas editoriais são também da fonte indicada, portanto não expressam o ponto de vista dos editores desta publicação.

13 O texto foi extraído das **Obras Escogidas de Zhou Enlai**, Tomo I. Comisión para la Recopilación de Documentos del Comité Central del Partido Comunista de China. Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1981. Tradução: IGD. HTML: Fernando A. S. Araújo.

Anexo II, Entrevista com Deng Xiaoping, concedida em agosto de 1980 à jornalista Oriana Fallaci¹⁴

Oriana Fallaci: O retrato do presidente Mao sobre o portão de Tiananmen será mantido lá?

Deng Xiaoping: Será, para sempre. No passado, havia muitos retratos do presidente Mao. Eles foram pendurados em todos os lugares. Isso não era apropriado e não mostrava realmente respeito pelo presidente Mao. É verdade que ele cometeu erros em um certo período, mas afinal ele foi um dos principais fundadores do Partido Comunista Chinês e da República Popular da China. Ao avaliar seus méritos e erros, sustentamos que seus erros eram apenas secundários. O que ele fez pelo povo chinês nunca pode ser apagado. Em nossos corações, nós chineses sempre o acalentaremos como um fundador de nosso partido e de nosso estado.

¹⁴ Fonte: <https://www.resistencia.cc/deng-xiao-ping-o-que-mao-tsetung-fez-pelo-povo-chines-nunca-pode-ser-apagado/>

Nós, ocidentais, achamos muitas coisas difíceis de entender. A Gangue dos Quatro é culpada por todas as falhas. Dizem-me que quando os chineses falam sobre a Gangue dos Quatro, muitos deles levantam cinco dedos.

Devemos fazer uma distinção clara entre a natureza dos erros do presidente Mao e os crimes de Lin Biao e da Gangue dos Quatro. Durante a maior parte de sua vida, o presidente Mao fez coisas muito boas. Muitas vezes, ele salvou o Partido e o Estado de crises. Sem ele, o povo chinês teria, no mínimo, passado muito mais tempo apalpando no escuro. A maior contribuição do presidente Mao foi aplicar os princípios do marxismo-leninismo à prática concreta da revolução chinesa, apontando o caminho para a vitória. Deve-se dizer que antes dos anos 1960 ou do final dos anos 1950, muitas de suas ideias nos trouxeram vitórias, e os princípios fundamentais que ele avançou eram bastante corretos. Ele aplicou criativamente o marxismo-leninismo a todos os aspectos da revolução chinesa e teve visões criativas sobre filosofia, ciência política, ciência militar, literatura e arte, e assim por diante. Infelizmente, no entardecer de sua vida, particularmente durante a “Revolução Cultural”, ele cometeu erros – e não foram erros pequenos – que trouxeram muitas desgraças ao nosso partido, ao nosso Estado e ao nosso povo.

Como você sabe, durante os dias de Yan'an nosso Partido resumiu o pensamento do presi-

dente Mao em vários campos como o Pensamento de Mao Zedong, e nós o fizemos nossa ideologia orientadora. Conquistamos grandes vitórias para a revolução precisamente porque aderimos ao Pensamento de Mao Zedong. É claro que o Pensamento de Mao Zedong não foi criado apenas pelo camarada Mao – outros revolucionários da geração mais antiga desempenharam um papel na sua formação e desenvolvimento – mas, principalmente, ele encarna o pensamento do camarada Mao.

No entanto, a vitória o tornou menos prudente, de modo que em seus últimos anos começaram a surgir algumas características e ideias infundadas, principalmente às “esquerdas”. Em muitos casos, ele foi contra suas próprias ideias, contra as belas e corretas propostas que ele mesmo havia apresentado anteriormente, e contra o estilo de trabalho que ele mesmo havia defendido. Nesta época, ele perdeu cada vez mais o contato com a realidade. Ele não manteve um bom estilo de trabalho. Ele não praticou consistentemente o centralismo democrático e a linha de massa, por exemplo, e falhou em institucionalizá-los durante sua vida. Isto não foi culpa apenas do camarada Mao Zedong. Outros revolucionários da geração mais velha, incluindo eu, também deveriam ser responsabilizados. Algumas anormalidades apareceram na vida política de nosso partido e Estado – formas patriarcais ou estilos de trabalho se desenvolveram, e a glorificação do indivíduo era abundante; a vida política em geral não

era muito saudável. Eventualmente, estas coisas levaram à “Revolução Cultural”, o que foi um erro.

Você mencionou que em seus últimos anos, o presidente Mao estava com saúde precária. Mas na época da prisão de Liu Shaoqi e sua subsequente morte na prisão, a saúde de Mao não era tão ruim assim. E há outros erros a serem contabilizados. O Grande Salto Adiante não foi um erro? Copiar o modelo soviético não foi um erro? E o que o presidente Mao queria realmente com a “Revolução Cultural”?

Erros começaram a ocorrer no final dos anos 1950 – o Grande Salto Adiante, por exemplo. Mas isso também não foi somente culpa do presidente Mao. As pessoas ao seu redor também se deixaram levar. Agimos em contravenção direta de leis objetivas, tentando impulsionar a economia de uma só vez. Como nossos desejos subjetivos iam contra as leis objetivas, as perdas eram inevitáveis. Ainda assim, é o presidente Mao que deve ser considerado o principal responsável pelo Grande Salto Adiante. Mas ele não levou muito tempo – apenas alguns meses – para reconhecer seu erro, e ele o fez antes de nós e propôs correções. E em 1962, quando, devido a alguns outros fatores, essas correções não haviam sido totalmente executadas, ele fez uma autocrítica. Mas as lições não foram completamente tiradas, e como resultado, a “Revolução Cultural” irrompeu.

No que diz respeito às esperanças do próprio presidente Mao, ele iniciou a “Revolução Cultural” a fim de evitar a restauração do capitalismo, mas

ele havia feito uma avaliação errada da situação real da China. Em primeiro lugar, os objetivos da revolução foram erroneamente definidos, o que levou ao esforço de ferretar “os defensores da via capitalista no poder no Partido”. Os golpes foram tratados em quadros dirigentes em todos os níveis que tinham feito contribuições para a revolução e tinham experiência prática, incluindo o camarada Liu Shaoqi. Nos últimos dois anos antes da morte do presidente Mao, ele disse que a “Revolução Cultural” tinha sido errada em dois aspectos: um, estava “derrubando tudo”, e o outro estava travando uma “guerra civil em grande escala”. Só estas duas acusações mostram que a “Revolução Cultural” não pode ser chamada de “correta”. O erro do presidente Mao foi um erro político, e não foi um erro pequeno. Por outro lado, foi aproveitado pelos dois cliques contrarrevolucionários encabeçados por Lin Biao e a Gangue dos Quatro, que usurparam o poder. Portanto, devemos traçar uma linha entre os erros do presidente Mao e os crimes de Lin Biao e da Gangue dos Quatro.

Mas todos nós sabemos que foi o próprio presidente Mao que escolheu Lin Biao como seu sucessor, da mesma forma que um imperador escolhe seu herdeiro.

Isto é o que acabei de referir como uma forma incorreta de fazer as coisas. Para um líder, escolher seu próprio sucessor é uma prática feudal. É uma ilustração das imperfeições em nossas instituições, às quais me referi há pouco.

Até que ponto o presidente Mao estará envolvido quando você realizar seu próximo congresso do Partido?

Faremos uma avaliação objetiva das contribuições do presidente Mao e de seus erros. Reafirmaremos que suas contribuições são primárias e seus erros secundários. Adotaremos uma abordagem realista em relação aos erros que ele cometeu no final da vida. Continuaremos a aderir ao Pensamento de Mao Zedong, que representa a parte correta da vida do presidente Mao. O Pensamento de Mao Zedong não só nos levou à vitória na revolução do passado; ele é - e continuará a ser - uma posse preciosa do Partido Comunista Chinês e de nosso país. É por isso que manteremos para sempre o retrato do presidente Mao no portão de Tiananmen como um símbolo de nosso país, e sempre o lembraremos como fundador de nosso partido e estado. Ademais, aderiremos ao Pensamento de Mao Zedong. Não faremos ao presidente Mao o que Khrushchov fez a Stalin.

Você quer dizer que o nome do presidente Mao surgirá inevitavelmente quando a Gangue dos Quatro for levada a julgamento, assim como quando você tiver seu próximo congresso do Partido?

Seu nome será mencionado. Não apenas no próximo congresso do Partido, mas também em outras ocasiões. Mas o julgamento da Gangue dos Quatro não diminuirá o prestígio do presidente Mao. É claro, ele foi responsável por colocá-los em suas posições. No entanto, os crimes que a própria Gangue

dos Quatro cometeu são mais do que suficientes para justificar quaisquer sentenças que possam ser proferidas contra eles.

Ouvi dizer que o presidente Mao se queixava frequentemente de que você não o ouvia o suficiente e que ele não gostava de você. É verdade?

Responda: Sim, o presidente Mao disse que eu não o escutei. Mas isto não foi dirigido somente a mim. Aconteceu com outros líderes também. Reflete algumas ideias insalubres em seus últimos anos, ou seja, costumes patriarcais que são de natureza feudal. Ele não ouvia prontamente as opiniões divergentes. Não podemos dizer que todas as suas críticas estavam erradas. Mas ele também não estava pronto para ouvir muitas opiniões corretas apresentadas não apenas por mim, mas por outros camaradas. O centralismo democrático foi prejudicado, assim como a liderança coletiva. Caso contrário, seria difícil explicar como a “Revolução Cultural” eclodiu.

Havia um personagem na China que sempre ficava incólume, que era o primeiro-ministro Zhou Enlai. Como você explica este fato?

O primeiro-ministro Zhou foi um homem que trabalhou duro e sem se queixar durante toda sua vida. Ele trabalhou 12 horas por dia, e às vezes 16 horas ou mais, ao longo de sua vida. Conhecemo-nos muito cedo, isto é, quando estávamos na França em um programa de estudos de trabalho durante a década de 1920. Sempre o considerei como meu

irmão mais velho. Tomamos a estrada revolucionária mais ou menos ao mesmo tempo. Ele era muito respeitado por seus camaradas e por todo o povo. Felizmente, ele sobreviveu durante a “Revolução Cultural”, quando fomos derrubados. Ele estava em uma posição extremamente difícil na época, e disse e fez muitas coisas que teria desejado não fazer. Mas o povo o perdoou porque, se ele não tivesse feito e dito essas coisas, ele mesmo não teria sido capaz de sobreviver e desempenhar o papel neutralizador que ele fez, o que reduziu as perdas. Ele conseguiu proteger um grande número de pessoas.

Eu não vejo como coisas terríveis como a “Revolução Cultural” podem ser evitadas ou impedidas de se repetirem.

Esta questão deve ser abordada enfrentando os problemas em nossas instituições. Alguns dos que estabelecemos no passado foram, de fato, manchados pelo feudalismo, como manifestado em coisas como o culto à personalidade, os modos ou estilos patriarcais de trabalho e a posse de quadros em cargos de liderança. Agora estamos estudando maneiras de evitar que tais coisas se repitam e nos preparando para começar com a reestruturação de nossas instituições. Nosso país tem uma história de milhares de anos de feudalismo e ainda carece de democracia socialista e legalidade socialista. Agora estamos trabalhando seriamente para cultivar a democracia socialista e a legalidade socialista. Somente desta forma poderemos resolver o problema.

Você tem certeza de que a partir de agora as coisas vão continuar mais tranquilas? Vocês podem atingir o objetivo que se propuseram? Ouvi dizer que os chamados maoístas ainda estão por perto. Por “maoístas”, quero dizer aqueles que apoiaram a “Revolução Cultural”.

A influência da Gangue dos Quatro não deve ser subestimada, mas deve-se notar que 97 ou 98 por cento da população os odeia intensamente por seus crimes. Isto foi demonstrado pelo movimento de massas contra a Gangue dos Quatro que irrompeu na Praça Tiananmen em 5 de abril de 1976, quando a Gangue ainda cavalgava alto, o presidente Mao estava gravemente doente e o primeiro-ministro Zhou havia falecido. Desde o derrube da Gangue [em 1976], e particularmente nos últimos dois anos, a vontade e as exigências do povo foram expressas na Terceira, Quarta e Quinta Plenárias do Comitê Central do Partido Comunista Chinês. Estamos considerando formas de resolver nossos problemas através da melhoria de nossas instituições. Muitas questões já foram levantadas agora. Está sendo dada uma ênfase especial ao trabalho individualizado para as quatro modernizações, e isto está conquistando o coração do povo. Eles querem estabilidade política e unidade. Eles estão fartos de movimentos em grande escala. Tais movimentos invariavelmente acabaram ferindo um número - e não um número pequeno - de pessoas. Os movimentos incessantes tornam praticamente impossível a concentração na construção nacional. Portanto, podemos dizer com

certeza que, dada a correção de nosso curso atual, o povo nos apoiará e fenômenos como a “Revolução Cultural” não se repetirão.

A Gangue dos Quatro só poderia ter sido presa após a morte do presidente Mao. Quem planejou a prisão deles? Quem iniciou a ideia?

Foi o esforço coletivo. Antes de mais nada, creio que teve uma base de massa lançada pelo Movimento de 5 de abril [de 1976]. O termo “Gangue de Quatro” foi cunhado pelo presidente Mao alguns anos antes de sua morte. Lutamos contra a Gangue durante dois anos, em 1974 e 1975. Até então, as pessoas os viam claramente pelo que eram. Embora o presidente Mao tivesse designado seu sucessor, a Gangue dos Quatro se recusou a aceitar isto. Após a morte do presidente Mao, a Gangue aproveitou a oportunidade para tentar conseguir todo o poder em suas próprias mãos, e a situação exigiu de nós uma ação. Naquela época, eles estavam desvairados, tentando derrubar a nova liderança. Nestas circunstâncias, a grande maioria dos camaradas do Bureau Político concordaram que medidas deveriam ser tomadas para lidar com a Gangue. Os esforços de um ou dois indivíduos não teriam sido suficientes para este fim.

Deve-se ressaltar que algumas das coisas feitas após a prisão da Gangue dos Quatro foram inconsistentes com os desejos do presidente Mao, por exemplo, a construção do Salão Memorial do presidente Mao. Ele havia proposto nos anos 1950 que todos nós fôssemos cremados quando morrermos e

que somente nossas cinzas fossem guardadas, que nenhum remanescente fosse preservado e que não fossem construídos túmulos. O presidente Mao foi o primeiro a assinar seu nome, e todos nós seguimos o exemplo. Quase todos os quadros superiores no nível central e em todo o país assinaram. Ainda temos esse livro de assinaturas. O que foi feito no assunto após o esmagamento da Gangue dos Quatro foi motivado pelo desejo de alcançar uma relativa estabilidade.

Isso significa que o Salão Memorial do presidente Mao será demolido em breve?

Eu não sou a favor de mudá-lo. Agora que ele está lá, não seria apropriado removê-lo. Não era apropriado construí-lo em primeiro lugar, mas mudá-lo daria origem a todo tipo de conversa. Muitas pessoas estão agora especulando se demoliremos o Salão Memorial. Não temos essa ideia.

Diz-se que você está abrindo mão do cargo de Vice-Primeiro Ministro.

Não temos essa ideia: Eu não serei o único a renunciar. Todos os outros camaradas da geração mais velha estão desistindo de seus postos simultâneos. O presidente Hua Guofeng não servirá mais simultaneamente como primeiro ministro do Conselho de Estado. O Comitê Central do Partido recomendou o camarada Zhao Ziyang como candidato a esse posto. Se nós, camaradas antigos, permanecermos em nossos postos, os recém-chegados serão inibidos em seu trabalho. Enfrentamos

o problema de reduzir gradualmente a idade média dos líderes em todos os níveis. Temos que assumir a liderança.

Antes não havia regras relevantes. Na verdade, no entanto, havia a permanência vitalícia nos postos de liderança. Isto não facilita a renovação da liderança ou a promoção de pessoas mais jovens. É um defeito institucional que não era evidente nos anos 1960 porque estávamos então no auge da vida. Esta questão envolve não apenas indivíduos, mas todas as instituições relevantes. Tem uma influência ainda maior sobre nossa política geral e sobre se nossas quatro modernizações podem ser alcançadas. Portanto, dizemos que seria melhor para nós velhos camaradas tomarmos uma atitude esclarecida e darmos um exemplo a este respeito.

Já vi outros retratos na China. Em Tiananmen, vi retratos de Marx, Engels e Lenin e particularmente de Stalin. Você pretende mantê-los lá?

Responda: Antes da “Revolução Cultural”, eles eram colocados apenas em feriados importantes. A prática foi alterada durante a “Revolução Cultural”, quando eles foram exibidos permanentemente. Agora estamos voltando ao caminho anterior.

As quatro modernizações trarão capital estrangeiro para a China, e isto inevitavelmente dará origem a investimentos privados. Isto não levará a um capitalismo miniaturizado?

Em última análise, o princípio geral para nosso desenvolvimento econômico ainda é aquele

formulado pelo presidente Mao, ou seja, confiar principalmente em nossos próprios esforços com a subsidiária de assistência externa. Não importa até que ponto nos abramos ao mundo exterior e admitamos o capital estrangeiro, sua magnitude relativa será pequena e não pode afetar nosso sistema de propriedade pública socialista dos meios de produção. Absorver o capital e a tecnologia estrangeiros e até mesmo permitir que estrangeiros construam fábricas na China só pode desempenhar um papel complementar ao nosso esforço para desenvolver as forças produtivas em uma sociedade socialista. Naturalmente, isto trará algumas influências capitalistas decadentes para a China. Estamos cientes desta possibilidade; não é nada a temer.

Isso significa que nem tudo no capitalismo é tão ruim assim?

Depende de como você define o capitalismo. Qualquer capitalismo é superior ao feudalismo. E não podemos dizer que tudo que se desenvolve nos países capitalistas é de natureza capitalista. Por exemplo, tecnologia, ciência - mesmo a gestão avançada da produção também é uma espécie de ciência - será útil em qualquer sociedade ou país. Pretendemos adquirir tecnologia avançada, ciência e habilidades de gestão para servir nossa produção socialista. E estas coisas como tais não têm caráter de classe.

Lembro-me que há vários anos, ao falar de parcelas privadas em áreas rurais, você reconheceu que o ser

humano precisa de algum interesse pessoal para produzir. Isto não significa colocar em discussão o próprio comunismo?

Segundo Marx, o socialismo é a primeira etapa do comunismo e abrange um período histórico muito longo no qual devemos praticar o princípio “a cada um de acordo com seu trabalho” e combinar os interesses do Estado, do coletivo e do indivíduo, pois só assim podemos despertar o entusiasmo das pessoas pelo trabalho e desenvolver a produção socialista. No estágio mais elevado do comunismo, quando as forças produtivas serão grandemente desenvolvidas e o princípio “de cada um de acordo com sua capacidade, a cada um de acordo com suas necessidades” será praticado, os interesses pessoais serão reconhecidos ainda mais e mais necessidades pessoais serão satisfeitas.

Você mencionou que há outros que fizeram contribuições ao Pensamento de Mao Zedong. Quem foram eles?

Outros revolucionários da geração mais antiga, por exemplo o primeiro-ministro Zhou Enlai, os camaradas Liu Shaoqi e Zhu De – e muitos outros. Muitos quadros seniores são criativos e originais em seu pensamento.

Por que você deixou seu próprio nome de fora?

Eu sou bastante insignificante. É claro, eu também já fiz algum trabalho. Caso contrário, eu não seria considerado como um revolucionário.

O que nós não entendemos foi: Se a Gangue dos Quatro fosse, como você disse, uma minoria com todo o país contra eles, como poderia acontecer que eles estivessem segurando o país inteiro, incluindo os líderes veteranos? Seria porque uma das quatro era a esposa de Mao Zedong e os laços entre Mao Zedong e ela eram tão profundos que ninguém se atrevia a tocá-la?

Este foi um dos fatores. Como já disse, o presidente Mao Zedong cometeu erros, um dos quais foi usar a Gangue, deixando-os chegar ao poder. Além disso, a Gangue tinha sua própria formação de facção e eles construíram uma turma de algum tamanho – particularmente eles fizeram uso de jovens ignorantes como fachada, de modo que eles tinham uma base de tamanho justo.

Mao Zedong estava cego por ela para que ele não visse o que ela estava fazendo? E ela era uma aventureira como a Imperatriz Dowager Yehonala?

Jiang Qing fez coisas más ao ostentar o estandarte do presidente Mao. Mas o presidente Mao e Jiang Qing viveram separadamente por anos.

Nós não sabíamos disso.

Jiang Qing fez o que fez ao ostentar o estandarte do presidente Mao, mas ele não conseguiu intervir efetivamente. Por isso, ele deveria ser responsabilizado. Jiang Qing está apodrecida por completo. Seja qual for a sentença proferida sobre a Gangue dos Quatro, ela não será excessiva. Eles trouxeram danos a milhões e milhões de pessoas.

Como você avaliaria Jiang Qing? Que pontuação você daria a ela?

Abaixo de zero. Mil pontos abaixo de zero.

Como você se avaliaria?

Eu ficaria bastante satisfeito se eu mesmo pudesse ser avaliado em méritos e deméritos. Mas uma coisa eu posso dizer por mim mesmo: Tive a consciência limpa durante toda a minha vida. Por favor, marque minhas palavras: Eu cometi alguns erros e tenho minha própria parcela de responsabilidade por alguns dos erros cometidos pelo camarada Mao Zedong. Mas pode ser dito que cometi meu erro com boas intenções. Não há ninguém que não cometa erros. Não devemos colocar todos os erros do passado no presidente Mao Zedong. Portanto, devemos ser muito objetivos ao avaliá-lo. Suas contribuições foram primárias, seus erros secundários. Herdaremos as muitas coisas boas do pensamento do presidente Mao e, ao mesmo tempo, explicaremos claramente os erros que ele cometeu.

Deng Xiaoping

(22/8/1904-19/2/1997)

É considerado o principal dirigente do Partido Comunista da China, na etapa iniciada em 1978. Militante comunista desde os anos 1920, Deng assumiu importantes tarefas no Partido, no Exército e no Estado. Perseguido durante a Grande Revolução Cultural Proletária, Deng não apenas sobreviveu, como assumiu pau-

latinamente a liderança do setor do Comitê Central que pretendia e consegue alterar profundamente a estratégia geral do Partido. Mais adiante, durante a crise de 1989, Deng será peça chave na decisão de resistir aos que desejam enfraquecer o papel do Partido Comunista, assim como será fundamental logo em seguida, para derrotar os que desejavam abandonar as reformas iniciadas em 1978. Nesta entrevista à jornalista Oriana Fallaci, concedida nos dias 21 e 23 de agosto de 1980, Deng explica o seu papel, o de Zhou Enlai e o de Mao Zedong na história do Partido Comunista Chinês.

